

GIP Hélios I S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2025**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações do resultado	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, a Administração da GIP Helios I S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Efeitos do curtailment

Durante o exercício, o Grupo operou normalmente, estando conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeita às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, a geração foi impactada por eventos de *curtailment* (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão. Os principais impactos operacionais, financeiros e regulatórios desses eventos, bem como as políticas contábeis, julgamentos e estimativas aplicáveis, estão detalhados nas Notas Explicativas nº 1.2.

No exercício de 2025, o *curtailment* resultou nos seguintes impactos operacionais e financeiros:

Período	Projeto	MWh programados (a)	MWh gerados	MWh cortados	% corte (b)	Receita bruta sem <i>Curtailment</i> (RS)	(-) <i>Curtailment</i> (RS) (c)	Receita bruta com <i>Curtailment</i> (RS)
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	112.416	81.422	30.994	27,57%	17.516	(5.222)	22.738
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	112.056	81.162	30.894	27,57%	17.426	(5.205)	22.738
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	112.336	81.364	30.972	27,57%	17.319	(5.218)	22.537
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	36.726	26.600	10.125	27,57%	5.796	(1.706)	7.502
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	244.189	165.600	81.160	33,23%	25.752	(17.824)	43.576
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	251.147	167.674	83.473	33,23%	26.969	(18.332)	45.301
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	250.895	167.506	83.389	33,23%	25.878	(18.312)	44.190
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	117.094	72.568	27.334	23,34%	17.719	(6.003)	23.722
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	117.094	64.733	27.334	23,34%	17.774	(6.003)	23.777
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE e Ltda	117.393	61.545	27.403	23,34%	17.841	(6.018)	23.859
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	117.094	64.913	27.334	23,34%	17.732	(6.003)	23.735
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	117.094	62.058	27.334	23,34%	18.347	(6.003)	24.350
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda	117.136	4.789	27.344	23,34%	18.805	(6.005)	24.810
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda	116.282	1.207	27.144	23,34%	18.615	(5.961)	24.576
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda	117.137	76.592	27.344	23,34%	22.033	(6.005)	28.038
2025	Vista Alegre I Energia SPE Ltda;	110.555	72.567	37.988	34,36%	25.873	(8.342)	34.215
2025	Vista Alegre II Energia SPE Ltda;	110.512	64.733	37.779	35,59%	25.379	(7.857)	34.215
2025	Vista Alegre III Energia SPE Ltda;	99.532	61.544	37.987	38,17%	25.873	(8.342)	34.215
2025	Vista Alegre IV Energia SPE Ltda;	102.901	64.913	37.988	36,92%	25.592	(8.342)	33.934
2025	Vista Alegre V Energia SPE Ltda;	100.046	62.058	37.988	37,97%	25.537	(8.342)	33.879
2025	Vista Alegre VI Energia SPE Ltda;	102.777	64.789	37.988	36,96%	25.624	(8.342)	34.215

Período	Projeto	MWh programados (a)	MWh gerados	MWh cortados	% corte (b)	Receita bruta sem Curtailment (R\$)	(-) Curtailment (R\$) (c)	Receita bruta com Curtailment (R\$)
2025	Vista Alegre VII Energia SPE Ltda;	109.195	71.207	37.988	34,79%	25.443	(8.342)	33.785
2025	Vista Alegre VIII Energia SPE Ltda;	114.580	76.592	37.988	33,15%	25.649	(8.342)	33.991
2025	Vista Alegre IX Energia SPE Ltda;	114.468	76.480	37.988	33,19%	22.557	(8.342)	30.899
2025	Vista Alegre X Energia SPE Ltda;	114.777	76.789	37.988	33,98%	22.672	(8.342)	31.014
2025	Vista Alegre XI Energia SPE Ltda;	110.972	72.984	37.988	34,23%	22.589	(8.342)	30.931
2025	Vista Alegre XII Energia SPE Ltda;	111.309	73.321	37.988	34,13%	22.511	(8.342)	30.853
2025	Vista Alegre XIII Energia SPE Ltda;	111.192	73.204	37.988	34,16%	21.710	(8.342)	30.052
2025	Vista Alegre XIV Energia SPE Ltda;	107.162	72.329	34.833	32,51%	22.711	(7.650)	30.361
2025	Vista Alegre XV Energia SPE Ltda;	111.767	3.779	37.988	33,99%	24.777	(8.342)	33.119
2025	Vista Alegre XVII Energia SPE Ltda;	116.104	2.676	43.428	37,40%	27.232	(9.537)	36.769
Total		3.803,938	2.169.698	1.179.461	30,91%	677.251	(253.310)	930.561

O percentual do efeito financeiro do *curtailment* em relação à receita bruta foi de 27,22%, inferior ao percentual médio de corte energético (30,91%), devido à diferença entre o preço da energia gerada e faturada e o preço utilizado para estimativa dos efeitos do *curtailment*, baseado no valor médio mensal do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu valores passíveis de compensação decorrentes de *constrained-off*, haja visto que os efeitos de *constrained-off* superaram os horários de franquia anual, conforme determinado na Resolução Normativa 1.030/2022, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 9 e 21.

O Grupo entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, no julgamento do Grupo, somente após a publicação e definição de todas as demais regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que o Grupo terá condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas, e assim reconhecer os demais valores reembolsáveis do *curtailment*.

A administração do Grupo, entende, mediante a interpretação das normas regulatórias vigentes, a existências de valores passíveis de ressarcimento decorrentes de *curtailment*, além dos já previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Administração do Grupo adotou medidas administrativas e judiciais para requerer o integral ressarcimento dos valores atinentes aos cortes de geração.

Uma das principais medidas foi a propositura de uma Ação Coletiva por meio da ABSOLAR e ABEEOLICA onde se questiona a legalidade da Resolução Normativa da ANEEL 1.030/2022 quanto aos cortes de geração de energia.

Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.2, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias anteriores. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação do Grupo, além daqueles já apresentados anteriormente.

Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

São Paulo, 31 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

GIP Hélios I S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GIP Hélios I S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da GIP Hélios I S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Teste de Redução ao Valor recuperável

Veja a Nota 15 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem em suas demonstrações financeiras ativos não financeiros, referentes às usinas geradoras de energia. Devido à existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, a Companhia realizou a estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa ("UGCs"), ao qual os ativos não financeiros estão alocados, com base no valor em uso.</p> <p>A determinação do valor em uso é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente. Para a construção da estimativa a Administração utilizou-se de premissas, tais como taxa de desconto, volume, preço de venda, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos.</p> <p>Por haver alto grau de julgamento e incertezas relacionadas ao processo de determinação das premissas da estimativa de projeções futuras de fluxos de caixas que levam em consideração os planos de negócios da Administração e por haver sensibilidade nas premissas para a construção da estimativa, este assunto, poder impactar de forma relevante os valores recuperáveis dos ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia relacionadas com a preparação e revisão do valor recuperável de ativos não financeiros.– Com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no cálculo de redução ao valor recuperável, incluindo as taxas de desconto, volume, preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos no período de projeção na determinação dos fluxos de caixa descontados. Quando aplicável, a avaliação foi realizada com base em premissas contratuais e, também comparação com premissas de mercado;– Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas, em especial as relativas às premissas utilizadas no teste do valor recuperável de seus ativos. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, assim como, as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.</p>

Reconhecimento de Receita de Venda de Energia Elétrica

Veja as notas 06 e 21 das demonstrações financeiras consolidadas

Principais assuntos de auditoria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia reconheceram Receita de Venda de Energia Elétrica no montante de R\$2.054.182, conforme divulgado na nota explicativa 21 às demonstrações financeiras consolidadas.

As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente de comercialização e fornecimento de energia elétrica aos consumidores livres. O reconhecimento da receita é realizado com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia elétrica por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas da Companhia esperam ter direito em troca destes bens.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações e os potenciais efeitos sobre o registro contábil, bem como os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida sem que haja o cumprimento da obrigação de desempenho.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação das políticas contábeis adotadas pelas controladas da Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica;
- Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, onde confrontamos com os relatórios gerenciais das controladas da Companhia relativos à Receita de venda de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia comercializado, bem como o período de suprimento. Conferimos os procedimentos e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pelas controladas da Companhia.
- Realização de procedimentos, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de venda de energia elétrica;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de venda de energia, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

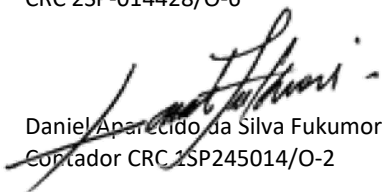
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos estes assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que os assuntos não devem ser comunicados em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 2SP245014/O-2

GIP Helios I S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	8	78	7.148	877.981	601.476	Fornecedores	14	20	-	308.063	400.225
Contas a receber	9	-	-	434.932	232.964	Obrigações fiscais	17	-	-	20.734	25.133
Impostos a recuperar		22	-	5.330	3.641	Imposto de renda e contribuição social	22	-	-	14.054	62.435
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	27	-	-	55.819	27.866	Empréstimos, financiamentos e debentures	15	-	-	812.091	489.921
Adiantamento a fornecedor	10	-	-	-	6.633	Dividendos a pagar	23	1.594	1.594	1.594	1.594
Despesas antecipadas	10	-	-	16.317	9.910	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	64.140	44.339
Dividendos a receber	11	1.594	1.594	-	-	Passivo de arrendamento	10	-	-	2.724	2.137
Contas a receber - venda de participação societária	9	-	-	38	6.650	Derivativos a pagar	26	-	-	-	446
Outras contas a receber	9	-	-	9.852	7.575	Outras contas a pagar		-	-	76.683	41.288
Total do ativo circulante		1.694	8.742	1.400.269	896.715	Total do passivo circulante		1.614	1.594	1.300.083	1.067.518
Contas a receber - venda de ações	9 b	-	-	14.100	227.196	Empréstimos, financiamentos e debentures	15	-	-	5.214.582	5.500.377
Despesas antecipadas	10	-	-	16.552	16.552	Passivo de arrendamento	10	-	-	144.496	61.756
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	-	56.552	Provisão para desmobilização	16	-	-	108.388	77.626
Outras contas a receber		-	-	-	2.185	Tributos diferidos		-	-	4.198	32.176
Tributos diferidos		-	-	18.792	-	Contingências	25	-	-	-	3.080
Derivativos	26	-	-	5.360	-	Total do passivo não circulante		-	-	5.471.664	5.675.015
Investimentos	11	2.971.137	2.431.740	-	-	Patrimônio líquido	18				
Direito de uso	10	-	-	142.640	62.378	Capital social		4.338.908	3.866.636	4.338.908	3.866.636
Imobilizado	12	-	-	7.787.650	7.342.849	Outros resultados abrangentes		(299.321)	(641.868)	(299.321)	(641.868)
Intangível	13	-	-	891.601	937.310	Prejuízos acumulados		(1.068.370)	(785.880)	(1.068.370)	(785.880)
Total do ativo não circulante		2.971.137	2.431.740	8.876.695	8.645.022	Total do patrimônio líquido		2.971.217	2.438.888	2.971.217	2.438.888
						Participação de não controladores	18	-	-	534.000	360.316
Total do ativo		2.972.831	2.440.482	10.276.964	9.541.737	Total do passivo e patrimônio líquido		2.972.831	2.440.482	10.276.964	9.541.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GIP Helios I S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	19	-	-	2.054.182	768.159
Custos de operação	20	-	-	(1.675.314)	(497.197)
Lucro bruto		-	-	378.868	270.962
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(308)	(437)	(208.561)	(192.859)
Outras despesas operacionais	20	-	-	(57.622)	(635.066)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(308)	(437)	112.685	(556.963)
Receitas financeiras	21	280	0	600.269	401.942
Despesas financeiras	21	(185)	(14)	(991.061)	(709.804)
Resultado financeiro líquido		95	(14)	(390.792)	(307.862)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(282.277)	(951.577)	-	-
Resultado antes dos impostos		(282.490)	(952.028)	(278.107)	(864.825)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	26	-	-	29.801	(22.195)
Imposto de renda e Contribuição social correntes	26	-	-	(63.416)	(96.799)
Prejuízo do exercício		(282.490)	(952.028)	(311.722)	(983.819)
Participação de não controladores atribuível aos:					
Acionistas controladores:		(282.490)	(952.028)	(282.490)	(952.028)
Acionistas não controladores:		-	-	(29.232)	(31.791)
Quantidade de ações		4.383.268.277	3.828.974.879	4.383.268.277	3.828.974.833
(Prejuízo) / lucro líquido por ação - em Reais (R\$)		(0,064)	(0,249)	(0,064)	(0,249)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GIP Helios I S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício		(282.490)	(952.028)	(311.722)	(983.819)
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Hedge de fluxo de caixa em controladas	25	75.654	(192.590)	75.528	(202.363)
Efeitos na mudança de taxas de câmbio em controladas	25	266.893	(549.925)	400.555	(696.375)
Total do resultado abrangente do exercício		60.057	(1.694.543)	164.361	(1.882.557)
Atribuíveis aos:					
Acionistas controladores		60.057	(1.694.543)	60.057	(586.292)
Acionistas não controladores		-	-	104.304	(156.223)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GIP Hélios I S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

Notas	Capital social		Outros resultados abrangentes		Reserva de lucros		Lucros / (prejuízos) acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital subscrito	Capital social a integralizar	Reservas de hedge	Ajuste de conversão	Reserva legal	Reserva de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.980.971	-	100.682	(35)	8.388	157.760	-	6.247.766	421.793	6.669.559
Subscrição e integralização de capital	18 a	309.939	-	-	-	-	-	309.939	121.855	431.794
Redução de capital	18 a	(2.332.000)	-	-	-	-	-	(2.332.000)	-	(2.332.000)
Redução de capital mediante cisão	1.3	(92.274)	-	-	-	-	-	(92.274)	-	(92.274)
Venda de participação acionária	1.3	-	-	-	-	-	-	-	13.931	13.931
Hedge de fluxo de caixa em controladas	18 b i	-	(192.590)	-	-	-	-	(192.590)	(9.773)	(202.363)
Efeitos na mudança de taxas de câmbio em controladas	18 b ii	-	-	(549.925)	-	-	-	(549.925)	(146.450)	(696.375)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(952.028)	(952.028)	(40.865)	(992.893)
Compensação de lucros acumulados com prejuízos acumulados		-	-	-	-	(157.760)	157.760	-	-	-
Reserva legal	18 c	-	-	-	(8.388)	-	8.388	-	-	-
Dividendos intermediários pagos	18 c	-	-	-	-	-	-	-	(175)	(175)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.866.636	-	(91.908)	(549.960)	-	-	(785.880)	2.438.888	360.316	2.799.204
Subscrição e integralização de capital	18 a	516.632	(44.360)	-	-	-	-	472.272	69.381	541.653
Hedge de fluxo de caixa em controladas	18 b i	-	-	75.654	-	-	-	75.654	(126)	75.528
Efeitos na mudança de taxas de câmbio em controladas	18 b ii	-	-	-	266.893	-	-	266.893	133.662	400.555
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(282.490)	(282.490)	(29.233)	(311.723)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.383.268	(44.360)	(16.254)	(283.067)	-	-	(1.068.370)	2.971.217	534.000	3.505.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GIP Helios I S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(282.490)	(952.028)	(278.107)	(864.825)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Depreciação	12	-	-	190.179	84.272
Amortização do intangível	13	-	-	28.827	38.836
Amortização do custo de desmobilização	16	-	-	2.357	4.013
Provisão processos judiciais	29	-	-	1.909	-
Depreciação do ativo de direito de uso	10	-	-	5.332	2.250
Baixa intangível	13	-	-	16.692	-
Baixa de imobilizado	12	-	-	41.409	11.235
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15	-	-	415.490	348.624
Custo de captação apropriado ao resultado	21	-	-	19.814	13.176
Variações cambiais líquidas de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	-	-	(219.525)	382.914
Variação cambial sobre venda de participações societárias	1.2 c	-	-	-	(44.023)
Baixa mais valia	14	-	-	-	42.299
Devolução de ações		-	-	-	(28.403)
Juros sobre passivo de arrendamento	10	-	-	11.973	4.513
Atualização monetária da provisão para desmobilização	16	-	-	8.775	5.288
Atualização de custo para desmobilização	16	-	-	(7.744)	(34.760)
Contingências	25	-	-	-	(368)
Resultado de equivalência patrimonial	11	282.277	951.577	-	-
Resultado decorrente da venda de participação em controlada	11	-	-	15.495	790.095
		(213)	(451)	252.876	755.136
Variações dos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber		-	-	(201.968)	(173.332)
Impostos a recuperar		(21)	-	(40.672)	(1.893)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	10.928	(14.537)
Adiantamento a fornecedores		-	-	6.633	(972)
Despesas antecipadas		-	-	(6.407)	(14.951)
Outras contas a receber		-	-	(2.277)	(4.320)
Fornecedores		20	(63)	(216.593)	124.956
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	19.339	17.191
Obrigações fiscais		-	2	(4.421)	17.692
Outras contas a pagar		-	-	35.390	8.646
Caixa (aplicado) nas / gerado pelas atividades operacionais		(214)	(512)	(147.172)	713.616
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debentures	14	-	-	(134.536)	(141.336)
Pagamento de juros de passivo de arrendamentos	10	-	-	(11.913)	(4.513)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(111.797)	(34.297)
Caixa líquido (aplicado) nas / gerado pelas atividades operacionais		(214)	(512)	(405.418)	533.470
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital em investida	11	(479.127)	-	-	-
Redução de capital em investida	11	-	2.029.705	-	-
Cessão onerosa	12	-	-	22.641	1.833
Caixa líquido aplicado na cisão parcial	1.3	-	-	-	(279.387)
Contas a receber venda de participação societária		-	-	219.708	60.332
Alienação de participação societária	11	-	-	-	2.360.949
Aquisição de intangível	13	-	-	(37.725)	(864)
Aquisição de ativo imobilizado	12	-	-	(462.231)	(2.562.617)
Caixa líquido aplicado nas / (gerado pelas) atividades de investimento		(479.127)	2.029.705	(257.607)	(419.754)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	15	-	-	(839.005)	(1.137.458)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	15	-	-	1.325.634	3.288.263
Custo de captação empréstimos, financiamentos e debentures	15	-	-	(17.105)	(179.144)
Pagamento de principal de arrendamento	10	-	-	(2.266)	(1.109)
Aumento / (redução) de capital	18	472.272	(2.022.061)	472.272	(2.022.061)
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividades de financiamento		472.272	(2.022.061)	939.530	(51.509)
Aumento / (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(7.069)	7.132	276.505	62.207
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.147	15	601.476	539.269
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		78	7.147	877.981	601.476
		(7.069)	7.132	276.505	62.207

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A GIP Helios I S.A. (“Companhia” e/ou “Controladora”) é uma holding constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O objeto social da companhia é a participação em outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista.

A Companhia tem como controladora direta a holding GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica através dos investimentos nas controladas diretas e indiretas, conforme apresentados nota explicativa nº 2.

A Companhia foi constituída em 30 de janeiro de 2023, 100% e possui o controle da GIP Helios II S.A., a qual, controla Atlas Energia Renovável do Brasil Ltda., Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A., Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A., Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A., Atlas Brasil Giovana Holding Ltda e Atlas Brasil Catarina Holding Ltda. Essas controladas são detentoras de investimentos em projetos de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica.

1.1 Curtailment

As controladas indiretas da Companhia estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeita à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como *curtailment*. Ocorrem por razões externas às usinas e são classificados como:

- (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema,
- (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativas da rede elétrica e não por indisponibilidade dos equipamentos da Companhia; ou
- (iii) Indisponibilidades Externas (Razões Elétricas), ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares.

Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, conseqüentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos cortes decorrentes de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25 de novembro de 2025.

Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25 de novembro de 2025, estão sendo discutidos por meio da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do *curtailment* de forma

retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim antecipar mecanismos de mitigação.

A Companhia entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, a Companhia determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, conseqüentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras.

1.2 Autorizações para exploração

Os projetos solares Boa Sorte, Casablanca, Jacarandá, Luiz Carlos e Vista Alegre, que integram as demonstrações financeiras consolidadas do GIP Helios II, estão autorizados a operar no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Cada projeto tem aprovação para explorar o potencial de geração de energia elétrica fotovoltaica por um período de 35 anos.

Os contratos de fornecimento de energia foram firmados bilateralmente com grandes indústrias consumidoras por aproximadamente 15 anos. Nesses acordos, a curva P90 de geração dos projetos está comprometida e o volume restante de energia é comercializado no ambiente livre (Ambiente de Contratação Livre - ACL)

A tabela abaixo resume as características das companhias e sociedades que compõem o Grupo GIP Helios I:

Planta	Período de autorização	Potência (média)	Garantia Física (média)*	Período de fornecimento	Preço / MWh (a)	Ambiente de contratação	Estado	Indexador de reajuste	Status
Juazeiro Solar V	12/17/2019–12/17/2054	47,29	16,7	01/01/2022–12/31/2030	USD 45	ACL	BA	IPCA	Em operação
Juazeiro Solar VI	12/17/2019–12/17/2054	47,29	16,7	01/01/2022–12/31/2030	USD 45	ACL	BA	IPCA	Em operação
Juazeiro Solar VII	12/17/2019–12/17/2054	47,29	16,7	01/01/2022–12/31/2030	USD 45	ACL	BA	IPCA	Em operação
Juazeiro Solar VIII	12/17/2019–12/17/2054	15,2	16,7	01/01/2022–12/31/2030	USD 45	ACL	BA	IPCA	Em operação
Projeto Jacarandá		157,07	66,80						
Lar do Sol IV	04/01/2019–03/31/2054	99,00	48,64	01/01/2022–12/31/2036	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
Lar do Sol V	01/01/2022–12/31/2036	27,00	48,64	01/01/2022–12/31/2036	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
Lar do Sol VI	04/01/2019–03/31/2054	99,00	48,64	01/01/2022–12/31/2036	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
Projeto Casablanca		225,00	145,92						

GIP Helios I S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Planta	Período de autorização	Potência (média)	Garantia Física (média)*	Período de fornecimento	Preço / MWh (a)	Ambiente de contratação	Estado	Indexador de reajuste	Status
UFV Boa Sorte 1	23/02/2021 a 15/02/2056	46,53	12,5	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Boa Sorte 2	23/02/2021 a 15/02/2056	46,53	12,5	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Boa Sorte 3	23/02/2021 a 15/02/2056	46,53	12,5	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Boa Sorte 4	23/02/2021 a 15/02/2056	46,53	12,5	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Boa Sorte 5	23/02/2021 a 15/02/2056	46,53	12,5	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Boa Sorte 6	23/02/2021 a 15/02/2056	46,53	12,5	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Boa Sorte 7	23/02/2021 a 15/02/2056	46,53	12,5	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Boa Sorte 8	23/02/2021 a 15/02/2056	46,53	12,5	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
Projeto Boa Sorte		372,24	100,00						
UFV Boa Sorte 9	23/02/2021 a 15/02/2056	44,10	-	-	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Boa Sorte 10	23/02/2021 a 15/02/2056	44,10	-	-	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Boa Sorte 11	23/02/2021 a 15/02/2056	44,10	-	-	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Boa Sorte 12	23/02/2021 a 15/02/2056	44,10	-	-	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Boa Sorte 13	23/02/2021 a 15/02/2056	44,10	-	-	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Boa Sorte 14	23/02/2021 a 15/02/2056	44,10	-	-	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Boa Sorte 15	23/02/2021 a 15/02/2056	44,10	-	-	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Boa Sorte 16	23/02/2021 a 15/02/2056	44,10	-	-	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Boa Sorte 17	23/02/2021 a 15/02/2056	44,10	-	-	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
Projeto Luiz Carlos – Votorantim		396,90	-						
UFV Vista Alegre I	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,17	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre II	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,17	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre III	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,17	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre IV	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,17	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre V	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,17	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre VI	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,17	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre VII	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,17	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre VIII	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,17	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre IX	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,17	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre X	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,17	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre XI	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,17	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre XII	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,17	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre XIII	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,17	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre XIV	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,17	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre XV	25/08/2021 a 24/07/2056	41,17	12,4	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre XVII	18/01/2022 a 17/01/2057	49,99	15,1	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre XVIII	18/01/2022 a 17/01/2057	49,99	15,1	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
UFV Vista Alegre XIX	18/01/2022 a 17/01/2057	49,99	15,1	01/01/2025 – 31/12/2044	N/A	ACL	MG	N/A	Em operação
Projeto Vista Alegre		768,51	634,08						

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas da Companhia., direta e indiretamente:

Controladas	País	Participação acionária			
		2025		2024	
GIP Hélios II S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Indireta
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Atlas Brasil Giovana Holding Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Atlas Brasil Catarina Holding Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	Brasil	100%	Indireta	100%	Direta
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	Brasil	100%	Indireta	100%	Direta
Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.	Brasil	100%	Indireta	100%	Direta

2.1 Aquisições, alienações e reorganizações societárias

As transações abaixo apresentadas tiveram como objetivo a transferência destes ativos para outras Empresas e Companhias do Grupo para concentrar projetos em suas respectivas fases de desenvolvimento. Os impactos dessas aquisições, alienações e reorganizações se deram na equivalência patrimonial e no patrimônio líquido, conforme nota explicativa nº 20.

(a) Cisão parcial – Complexo Draco

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2024, a Companhia aprovou a cisão parcial do acervo a ser cindido no montante de R\$ 19.840, decorrente das investidas do Complexo Draco.

O objetivo da reorganização societária é segregar os portfólios do Grupo que estão em diferentes estágios. Os ativos líquidos cindidos pela Companhia correspondem a projetos em desenvolvimento e pré-operacionais.

O balanço patrimonial base para a reorganização societária foi de 31 de julho de 2024. Abaixo seguem os acervos patrimoniais cindidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidados da Companhia:

Ativo	Nota	Acervo cindido - 31 de julho de 2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	13.656
Total do ativo circulante		13.656
Imobilizado em andamento	10	20.426
Intangível		115
Total do ativo não circulante		20.541
Total do ativo		34.197

	Nota	Acervo cindido - 31 de julho de 2024
Passivo		
Fornecedores	14	4.333
Obrigações fiscais		358
Imposto de renda e contribuição social	21	14
Outras contas a pagar	14	4.927
Total do passivo circulante		9.632
Outras contas a pagar	14	4.711
Total do passivo não circulante		4.711
Patrimônio Líquido		
Capital social – data do laudo de cisão (i)	17	19.854
Total do patrimônio líquido		19.854
Total do passivo e patrimônio líquido		34.197

- (i) O período entre a data base do laudo de cisão e o período de aprovação da cisão parcial, gerou prejuízo de R\$ 13, que foram reconhecidos em prejuízos acumulados.

Decorrente do processo de cisão parcial, a Companhia realizou a redução de capital social no montante de R\$ 19.840, conforme descrito na nota explicativa nº 20.

Como parte do processo de cisão parcial das entidades Draco a Companhia, transferiu o controle das seguintes Empresas para a Atlas Brasil Energia Holding 7 S.A.

Draco Solar Comercializadora Ltda.;
 Draco 1 Energia SPE Ltda;
 Draco 2 Energia SPE S.A.;
 Draco 3 Energia SPE S.A.;
 Draco 4 Energia SPE Ltda;
 Draco 5 Energia SPE Ltda;
 Draco 6 Energia SPE Ltda;
 Draco 7 Energia SPE Ltda;
 Draco 8 Energia SPE Ltda;
 Draco 9 Energia SPE Ltda;
 Draco 10 Energia SPE Ltda;
 Draco 11 Energia SPE Ltda;
 Draco Conquista Comercializadora Ltda.;
 Draco Holding Comercializadora S.A.;
 Atlas Project Holding 3 Ltda;

(b) Cisão parcial - Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2024, a Companhia aprovou a cisão parcial do acervo a ser cindido no montante de R\$ 72.434, decorrente da cisão da investida Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

O objetivo da reorganização societária é segregar os portfólios do Grupo que estão em diferentes estágios. Os ativos líquidos incorporados pela Companhia correspondem a projetos em desenvolvimento e pré-operacionais.

O balanço patrimonial base para a reorganização societária foi de 31 de julho de 2024. Abaixo seguem os acervos patrimoniais cindidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidados da Companhia:

	Nota	Acervo cindido - 31 de julho de 2024
Ativo		Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	8	265.731
Impostos a recuperar		17
Adiantamento a fornecedores		<hr/>
Total do ativo circulante		265.748 <hr/>
Investimentos	10	-
Imobilizado	12	82.054
Total do ativo não circulante		82.054 <hr/>
Total do ativo		347.802 <hr/>
Passivo		
Fornecedores	14	25.420
Obrigações fiscais		2.684
Imposto de renda e contribuição social	21	52
Outras contas a pagar	14	75
Total do passivo circulante		<hr/> 28.231 <hr/>
Financiamentos	15	247.000
Total do passivo não circulante		<hr/> 247.000 <hr/>
Patrimônio Líquido		
Capital social – data do laudo de cisão (i)	17	72.571
Total do patrimônio líquido		<hr/> 72.571 <hr/>
Total do passivo e patrimônio líquido		<hr/> 347.802 <hr/>

O período entre a data base do laudo de cisão e o período de aprovação da cisão parcial, gerou prejuízo de R\$ 147, que foram reconhecidos em prejuízos acumulados.

Decorrente do processo de cisão parcial, a Companhia realizou a redução de capital social no montante de R\$ 72.435, conforme descrito na nota explicativa nº 20.

Como parte do processo de cisão parcial da investida Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda., a Companhia, transferiu o controle direto da Empresa e indireto das seguintes Empresas:

Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE S.A.;
 Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE S.A.;
 Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A.;
 Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE S.A.;
 Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE S.A.; e
 Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE S.A.

(c) Alienação de investimentos Atlas Brasil Energia Renováveis S.A. e Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

Em 06 de março de 2024, a Companhia concluiu a operação de venda da totalidade das ações da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. para a Engie Brasil Energia Complementares Participações Ltda. (“EBECP”). Por esta razão, a Companhia procedeu com o reconhecimento da receita de venda no valor de R\$ 2.361.046 e custo de alienação no valor de R\$ 3.151.141, gerando, portanto, um prejuízo na venda destes ativos de R\$ 790.095, conforme nota explicativa nº 12.

Ativo	Ativos não circulantes mantidos para venda <u>2023</u>	Passivo	Passivos não circulantes mantidos para venda <u>2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	258.280	Fornecedores	33.489
Contas a receber	83.822	Financiamentos	52.438
Impostos a recuperar	3.144	Debêntures	15.934
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.471	Obrigações fiscais	2.701
Adiantamento a fornecedores	3.278	Imposto de renda e contribuição social a pagar	5.260
Despesas antecipadas	4.424	Provisão para ressarcimento	27.408
Ativo circulante	<u>358.419</u>	Dividendos a pagar	1.797
		Outras contas a pagar	18.873
		Passivo de arrendamento	118
		Passivo circulante	<u>158.018</u>
Caixa restrito	46.837	Financiamentos	953.560
Direito de uso	24.527	Debêntures	191.486
Imobilizado	2.161.854	Provisão para desmobilização	69.232
Intangível	113.762	Passivo de arrendamento	18.848
Mais-valia	1.908.124	Passivo não circulante	<u>1.233.126</u>
Ativo não circulante	<u>4.255.104</u>	Patrimônio líquido	
		Capital	1.088.551
		Mais-valia (i)	1.908.124
		Reserva de capital	3.251
		Reserva de lucros	170.507
		Total do patrimônio líquido	<u>3.170.433</u>
		Participação de não controladores	51.946
Total ativos	<u><u>4.613.523</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>4.613.523</u></u>

(i) Reclassificação da mais valia reconhecida na controlada da, referente a aquisição da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A e Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A, já líquidos da amortização da mais valia de R\$ 80.178 em 31 de dezembro de 2023.

A movimentação dos ativos não circulantes mantidos para venda, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada abaixo:

Controladora				
rolada	Investimento em 06/03/2024	Mais valia	Dividendos a receber	Saldo em 06/03/2024
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	691.718	1.377.498	38.087	2.107.303
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	512.739	520.308	10.791	1.043.838
	<u>1.204.457</u>	<u>1.897.806</u>	<u>48.878</u>	<u>3.151.141</u>

Controladora				
Controlada	Investimento em 31/12/2023	Mais valia	Dividendos a receber	Saldo em 31/12/2023
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	697.105	1.385.433	38.087	2.120.625
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	516.326	522.691	10.791	1.049.808
	<u>1.213.431</u>	<u>1.908.124</u>	<u>48.878</u>	<u>3.170.433</u>

O resultado desta operação está apresentado como Outras despesas operacionais:

	Consolidado	
	2024	2023
Receita na alienação de investimentos	2.361.046	-
Custos na alienação de investimentos	(3.151.141)	-
	<u>(790.095)</u>	<u>-</u>

Em função do resultado negativo apurado na venda das ações dos ativos mencionados, não houve geração de base tributável de imposto de renda e contribuição social.

(d) Alienação Atlas Brasil Giovana Holding Ltda.

Em 31 de janeiro de 2025, a Empresa passou a ser controlada direta da investida GIP Helios II S.A. por meio de cisão do acervo líquido da sua até então controladora indireta, Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.

Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda.

Balancos Patrimoniais

(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Passivo	Controladora	
	31/01/2025			31/01/2025	
Caixa e equivalente de caixa	-		Fornecedores		1
			Outras contas a pagar		6
Total do ativo circulante	-		Total do passivo circulante		7
Investimentos	3.153		Patrimônio líquido		
			Capital social		3.181
			Prejuízos acumulados		(35)
Total do ativo não circulante	3.153		Total do patrimônio líquido		3.146
Total do ativo	3.153		Total do passivo e patrimônio líquido		3.153

(e) Atlas Brasil Catarina Holding Ltda.

Em 31 de janeiro de 2025, a Empresa recebeu de sua controladora indireta Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A., os ativos de investimentos da Atlas Catarina Comercializadora de Energia Ltda., mediante valor de livro pelo montante de R\$ 9.907, no qual foi integralizado como capital social na Empresa na mesma data.

Em 31 de janeiro de 2025, a Empresa passou a ser controlada direta da investida GIP Helios II S.A. por meio de cisão do acervo líquido da sua até então controladora indireta, Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.

Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A.

Balancos Patrimoniais

Período findo em 31 de janeiro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	31/01/2025	Passivo	31/01/2025
Caixa e equivalente de caixa	711	Fornecedores	4.204
Impostos a recuperar	-	Obrigações fiscais	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3	Dividendos a pagar	60
Adiantamento a fornecedores	7	Outras contas a pagar	8.134
Total do ativo circulante	721	Total do passivo circulante	12.398
		Patrimônio líquido	
Investimentos	6.714	Capital social	9.883
Imobilizado em andamento	7	Lucros acumulados	24
Intangível	14.863		
Total do ativo não circulante	21.584	Total do patrimônio líquido	9.907
Total do ativo	22.305	Total do passivo e patrimônio líquido	22.305

(f) Alienação de participação societária – Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.

Em 28 de fevereiro de 2025 a investida da Companhia Atlas Casablanca Holding S.A., firmou contrato de compra e vendas de ações da investida Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. com a Dow Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda., correspondente a venda de 1% das ações deste investimento. O valor da venda foi de R\$ 7.193 e foi totalmente recebido em 10 dezembro de 2025, conforme acordado no contrato de compra e venda de ações. Seguem os montantes na data do evento, ocorridos em 28 de fevereiro de 2025.

	Atas Casablanca Comercializadora Alienação de 1% das ações
Receita na venda de participações societária (i)	7.193
Custo da participação nas investidas	(6.367)
Lucro na venda de participação societária	825

- i. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.

Em 09 de setembro de 2025 a investida Atlas Casablanca Holding S.A. subscreveu e integralizou o montante de R\$ 21.700 no capital social da Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A., a sócia Dow Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. não efetuou aportes, sendo assim, teve sua participação diluída em 1%.

(g) Alienação de participação societária – Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.

Em 31 de janeiro de 2024 a controlada Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A., firmou contrato de compra e vendas de ações da investida Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A. com a Dow Brasil S.A., correspondente a venda de 3% das ações deste investimento. O valor da venda foi de R\$ 21.399 e está reconhecido no ativo circulante e não circulante. Seguem os montantes na data do evento, ocorridos em 31 de janeiro de 2024.

	Atas Juazeiro Comercializadora Alienação de 3% das ações
Receita na venda de participações societária (i)	21.399
Custo da participação nas investidas (ii)	(8.517)
Lucro na venda de participação societária	12.882

- i. Conforme contrato firmado, a venda foi realizada em USD, e está sujeito a variação cambial sobre os saldos a receber.
- ii. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.

(h) Alienação de participação societária – Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.

Em 20 de dezembro de 2024 a controlada direta Empresa de Participações Vista Alegre S.A., firmou contrato de compra e vendas de ações da investida Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. com a Hydro Rein, correspondente a venda de 20% das ações deste investimento, passando a Companhia a deter 70% das ações da investida. O valor da venda foi de R\$ 241.243 e foi integralmente recebido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Seguem os montantes na data do evento, ocorridos em 20 de dezembro de 2024.

	Vista Alegre Comercializadora Alienação de 20% das ações
Receita na venda de participações societária (i)	241.243
Custo da participação nas investidas (i)	(75.930)
Lucro na venda de participação societária	165.313

i. Conforme demonstrado na nota explicativa número 24.

(i) Alienação de participação societária – Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A.

Em 2024 a Companhia, firmou contrato de compra e vendas de ações da investida Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. com a Votorantim Cimentos S.A., correspondente a venda de 10% das ações deste investimento. O valor da venda foi de R\$ 5.436 e está reconhecido no ativo não circulante. Seguem os montantes envolvidos na operação de venda ocorridos 2024.

	Atlas Luiz Carlos Comercializadora Alienação de 10% das ações
Receita na venda de participações societária (i)	5.436
Custo da participação nas investidas (ii)	(5.414)
Lucro na venda de participação societária	22

(i) Conforme contrato firmado, a venda foi realizada em USD, e está sujeito a variação cambial sobre os saldos a receber.

(ii) Conforme demonstrado na nota explicativa número 10.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as Normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 31 de março de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira é mensurada ao valor justo por meio do resultado.
- Hedge de fluxo de caixa mensurada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas no pressuposto da continuidade.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Direito de Uso e Arrendamentos - Nota explicativa nº 13:** Estimativa da taxa de desconto implícita utilizada no cálculo do valor presente;
- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica – Nota explicativa nº 15:** Principais premissas em relação aos valores recuperáveis da Planta fotovoltaica;
- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 15:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Intangível - Nota explicativa nº 14:** Principais premissas sobre os valores recuperáveis e suas respectivas vidas úteis;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – Nota explicativa nº 15:** Refere-se às principais premissas na mensuração de custos prováveis, descontados a valor presente, representando, assim, a saída futura de recursos necessários para a entrega do terreno arrendado nas condições iniciais previstas no contrato;
- **Imposto de renda e contribuição social diferidos - Nota explicativa nº 26:** Reconhecimento e mensuração dos impostos diferidos; e

- **Instrumentos financeiros - Nota explicativa nº 28:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a companhia perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende a definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

O Grupo tem a opção de aplicar um “teste de concentração” que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente ao resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionais à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato;
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato no ambiente livre é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

As controladas Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A., Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A., Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A e Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A., firmaram PPA em Dólar em ambiente livre de contratação, com intuito de otimizar os gastos dos clientes que têm suas principais fontes em Dólar. Dado ao elemento terceiro vinculado ao PPA, há certa subjetividade sob o enquadramento deste contrato como derivativo embutido, contudo, para as Controladas Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. e Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A. os Clientes detêm moeda funcional Dólar, e as Controladas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A e Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. têm a moeda funcional Dólar, esta operação se enquadra na definição de exceções ao derivativo embutido, e por tanto não há nenhum evento de marcação a mercado sob este contrato.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa bancárias; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

b. Imposto de renda e contribuição social

(i) Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora e Subholdings

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, após todas adições e exclusões.

(ii) Regime de tributação pelo Lucro Presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. O Grupo apresentou diferenças temporárias, exclusivamente relacionadas a variação cambial do principal referente ao financiamento atrelado a moeda estrangeira.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

c. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens de propriedade, planta e equipamento, utilizando o método linear com base na vida útil estimada pelo Grupo, que representa o período durante o qual os ativos operacionais gerarão benefícios econômicos, conforme a tabela abaixo:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	de acordo com a vigência da outorga de exploração
Projeto Jacarandá	35 anos
Projeto Casablanca	35 anos
Projeto Boa Sorte	35 anos
Projeto Luiz Carlos – Votorantim	35 anos
Projeto Vista Alegre	35 anos

A taxa de depreciação do item Usina Fotovoltaica representa a vida útil do ativo como uma unidade operacional e inclui todas as despesas necessárias para a construção e início de operação da usina.

A depreciação é reconhecida no resultado. Devido às limitações legais impostas pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados ao longo do menor entre a vida útil estimada do ativo e o prazo de autorização.

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados em cada data de balanço e ajustados se necessário.

e. Ativos intangíveis

Inclui os direitos implantação e exploração de usina fotovoltaica referente, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

Conforme determinado no CPC 04 – Ativo Intangível, correspondente ao IAS 38 – *Intangible Assets*, o Grupo deve reconhecer o Ativo Intangível quando do cumprimento das seguintes premissas:

(i) Ativo identificável

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando:

- for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- resultar de direitos contratuais ou direitos legais.

(ii) Controle

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

(iii) Benefício econômico futuro

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômicos futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade

Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível.

(iv) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A Administração compreende como vida útil do Ativo de Direito de outorgas para implantação e exploração de geração de energia fotovoltaica, o período da vigência de 35 anos.

f. Contabilidade de Hedge (“hedge accounting”)

O Grupo designou instrumento financeiro não derivativo, sendo o principal do contrato de financiamento atrelado a moeda estrangeira, dólar americano (USD), como instrumento de hedge, para proteger suas receitas futuras altamente prováveis, firmadas por meio de Contrato de PPA (*Power Purchase Agreement*), do risco de oscilação de moeda estrangeira, também atrelado ao dólar americano (USD), aplicando a contabilização de hedge (*hedge accounting*).

No início de relacionamento do hedge designado, o Grupo documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração do Grupo monitora os critérios de qualificação do instrumento de *hedge*, a fim de assegurar a relação de proteção.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro não derivativo com risco de moeda estrangeira é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações cambiais é reconhecida e acumulada no patrimônio líquido sob a rubrica AAP (Ajuste de Avaliação Patrimonial), e são limitadas ao índice designado para o item protegido. O Grupo designou a totalidade do valor do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira como instrumento de hedge. A parcela efetiva das variações cambiais do instrumento de *hedge* acumuladas em AAP, são reclassificadas para o resultado como ajuste de reclassificação no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados, no caso, as receitas altamente prováveis afetam o resultado.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se, o instrumento de hedge for rescindido, ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

g. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contêm cláusulas que obrigam o Grupo, ao final do prazo contratual, devolva às terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 16.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).
- ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender às seguintes condições:

- Instrumentos de dívida: é mantido em modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda; e os fluxos de caixa são apenas principal e juros.
- Instrumentos patrimoniais: pode ser designado, de forma irrevogável, ao VJORA no reconhecimento inicial, desde que não seja mantido para negociação.

b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
---------------------------------	---

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	--

Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
---------------------------------------	---

d) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

a) *Ativos financeiros*

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem

transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

a) Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

b) Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado. No caso do Grupo, os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem às terras onde os parques fotovoltaico encontram-se instalados.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de

empréstimo incremental do Grupo. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 8,75% a.a.

I. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

(a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 / CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- (i) Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- (ii) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro do Grupo.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para o Grupo a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa do Grupo e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e processos internos:** O Grupo e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido do Grupo, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

O Grupo está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements – PPAs*), a Companhia conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos bancários (a)	24	7.148	85.473	239.626
Aplicações financeiras curto prazo (b)	54	-	792.508	361.850
Caixa e equivalentes de caixa	78	7.148	877.981	601.476

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis, prontamente conversíveis em uma quantia e com um risco insignificante de alteração de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação em média de 96,50% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100% em 31 de dezembro de 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber e demais valores

a. Clientes e partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes – MCP (a)	-	-	5.438	25.312
Contas a receber de clientes – ACL (b)	-	-	377.997	198.600
<i>Constrained Off</i> – (c)	-	-	4.357	-
Contas a receber de partes relacionadas (d)	-	-	47.140	9.052
Total	-	-	434.932	232.964

- a) Refere-se às exposições de energia liquidadas no Mercado de Curto Prazo (MCP) junto à CCEE.
- b) Contas a receber da transação de venda de energia elétrica assinada bilateralmente no ambiente de contratação livre (ACL).
- c) Em 31 de dezembro de 2025, o grupo apresenta saldo decorrente de pleitos de *constrained-off* no montante de R\$ 4.357. A realização depende de etapas regulatórias (análise, homologação e liquidação) e envolve risco de crédito e incerteza de prazo. A PCE (IFRS 9/CPC 48) é calculada por estágio do pleito e fatores prospectivos.
- d) Referem-se a saldos a receber de Partes Relacionadas do Grupo, conforme detalhas na nota explicativa nº27.

A Companhia entende que não há risco de crédito com recebíveis. Portanto, não reconheceu nenhum valor como provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não há histórico de inadimplência com as notas comerciais da CCEE. Além disso, não são esperadas perdas e não há títulos em atraso.

b. Venda de ações das investidas:

O Grupo realizou alienação de investimentos de suas investidas diretas e indiretas em 2025 e 2024, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.1. Os saldos em aberto a receber dessas transações, são:

	Consolidado	
	2025	2024
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. (a)	12.727	20.725
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. (b)	-	207.685
Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. (c)	1.411	5.436
Vendas de participação direta	14.138	233.846
Circulante	38	6.650
Não circulante	14.100	227.196
(a) Alienação parcial das participações nas controladas indiretas Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. e Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A para o Grupo Dow Química Brasil, conforme descrito nas notas explicativas nº 2.1.f e 2.1.g.		
(b) Alienação parcial da participação na controlada indireta Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. para o Grupo Hydro Rein, conforme descrito nas notas explicativas nº 2.1.h.		
(c) Alienação parcial da participação na controlada indireta Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. para o Grupo Votorantim Cimentos, conforme descrito nas notas explicativas nº 2.1.i.		

10 Despesas antecipadas

	Consolidado	
	Não auditado	
	2025	2024
Adiantamento a seguros (a)	9.465	9.910
Adiantamento licença operacional	519	-
Outros adiantamentos (b)	6.333	-
Adiantamento de arrendamentos (c)	16.552	16.552
Adiantamento a Fornecedor	32.869	26.462
Circulante	16.317	9.910
Não circulante	16.552	16.552
(a) Refere-se basicamente a saldos de seguros firmados para cobertura de danos e avarias no processo de construção dos parques fotovoltaicos.		
(b) Refere-se a fianças e demais custos bancários a amortizar.		
(c) Mediante negociação entre o Grupo e o arrendador das terras na qual o parque fotovoltaico está instalado, foram antecipados o pagamento dos últimos 5 anos do contrato de arrendamento. O Grupo irá amortizar o saldo antecipado ao final do período de arrendamento.		

11 Distribuições de investimentos a receber

	Controladora	
	2025	2024
	Dividendos a receber de investida	
GIP Helios I S.A.	1.594	1.594

Em 31 de dezembro de 2025 e, a Companhia reconheceu R\$ 1.594 de dividendos a receber (1.594 em 31 de dezembro de 2024).

12 Investimentos em controlada

(a) Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2025
<i>Investimentos em controladas</i>				
GIP Helios II S.A. (i)	100%	2.971.137	(282.277)	2.971.137
Total dos investimentos		2.971.137	(282.277)	2.971.137

(b) Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2024
<i>Investimentos em controladas</i>				
GIP Helios II S.A. (i)	100%	2.431.742	(951.577)	2.431.742
Total dos investimentos		2.431.742	(951.577)	2.431.742

(i) A controlada direta GIP Hélios II S.A, reconheceu mais-valia, decorrente da aquisição da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A e Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A., que estão apresentadas como ativos não circulantes mantidos para venda, nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme demonstrada na nota explicativa nº 09.

(a) Composição das investidas consolidado			Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício
31/12/2025	Ativo	Passivo		
GIP Helios II S.A.	3.559.369	588.232	2.971.137	(282.277)
Total	3.559.369	588.232	2.971.137	(282.277)

(b) Composição das investidas consolidado			Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício
31/12/2024	Ativo	Passivo		
GIP Helios II S.A.	2.776.891	345.149	2.431.742	(951.619)
Total	2.776.891	345.149	2.431.742	(951.619)

(a) Mapa do investimento

	31/12/2024	Equivalência patrimonial	Outros resultado abrangentes (ii)	Outros	Aumento de investimentos	31/12/2025
GIP Helios II S.A.	2.431.740	(282.277)	342.617	(70)	479.127	2.971.137
Total	2.431.740	(282.277)	342.617	(70)	479.127	2.971.137

(b) Mapa do investimento

	31/12/2023	Equivalência patrimonial	Outros resultado abrangentes (ii)	Reorganização societária (i)	(Redução) de investimentos	31/12/2024
GIP Helios II S.A.	6.247.902	(951.577)	(742.515)	(92.274)	(2.029.796)	2.431.740
Total	6.247.902	(951.577)	(742.515)	(92.274)	(2.029.796)	2.431.740

(i) Conforme nota explicativa nº 1.2 (i) e (j)

(ii) As movimentações de outros resultados abrangentes referem-se, para Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. e Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A., à equivalência patrimonial sobre os efeitos de *hedge accounting* registrados pelas investidas indiretas, relacionados à proteção de fluxos de caixa de contratos de venda de energia em dólar para as investidas Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. e Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A., e proteção de fluxos de caixa de aportes nas SPEs detentoras das Plantas fotovoltaicas para a investida Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A.. Para Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A., referem-se aos ajustes acumulados de conversão decorrentes da tradução dos balanços das investidas indiretas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. e Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. cuja moeda funcional é o dólar americano.

13 Ativo de direito de uso e arrendamento

O Grupo atua como arrendatário em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Amortização	Atualizações (i)	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo de direito de uso					
Ativo direto de uso	62.378	85.594	(13.076)	7.744	142.640
Total ativos	62.378	85.594	(13.076)	7.744	142.640

Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Amortização	Atualizações (i)	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso					
Ativo direto de uso	13.131	57.571	(2.250)	(6.074)	62.378
Total ativos	13.131	57.571	(2.250)	(6.074)	62.378

(i) Refere-se a atualizações dos estudos de ativo de direito de uso.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	Consolidado	
	2025	2024
Passivo de arrendamento	147.220	63.893
Total	147.220	63.893
Circulante	2.724	2.137
Não circulante	144.496	61.756

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada abaixo:

	Consolidado						Valor líquido 31/12/2025
	Valor líquido 31/12/2024	Adições (i)	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Juros incorridos	Atualizações	
Arrendamento – Terreno do Parque Fotovoltaico	63.893	85.593	(2.266)	(11.913)	11.913	-	147.220
Total passivo	63.893	85.593	(2.266)	(11.913)	11.913	-	147.220

	Consolidado						Valor líquido 31/12/2024
	Valor líquido 31/12/2023	Adições (i)	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Juros incorridos	Atualizações	
Arrendamento – Terreno do Parque Fotovoltaico	13.553	57.571	(4.513)	(1.109)	4.513	(6.122)	63.893
Total passivo	13.553	57.571	(4.513)	(4.513)	4.513	(6.122)	63.893

- (i) Durante o exercício de 2025 o Grupo reconheceu ativos e passivos de arrendamento referente aos parques de controlada indireta Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. no montante de R\$ 85.594. Em 2024, o Grupo reconheceu também ativos e passivos pertinentes aos complexos de Boa Sorte e Vista Alegre.

Mediante reconhecimento do arrendamento dos parques fotovoltaicos das controladas da Companhia, a taxa de desconto utilizada para cada parque fotovoltaico, foi o seguinte:

Complexos	Tipo	2025	2024
Complexo de Juazeiro	Terras	8,52% a.a.	8,52% a.a.
Complexo de Casablanca	Terras	12,66 % a.a.	12,66 % a.a.
Complexo de Boa Sorte	Terras	12,75% a.a.	12,75% a.a.
Complexo de Vista Alegre	Terras	12,75% a.a.	12,75% a.a.
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.	Escritório	16,47% a.a.	16,47% a.a.

14 Intangível

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Saldo em 31/12/2025
Rede Básica de Transmissão	55.743	(6.036)	49.707
Direito de Exploração	113.784	(3.647)	110.137
Outorgas de exploração - Mais valia	769.718	(77.569)	692.149
Projetos em desenvolvimento	36.143	-	36.767
Outros	2.841	-	2.841
	978.229	(87.252)	891.601
	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Saldo em 31/12/2024
Rede Básica de Transmissão	55.743	(4.178)	51.565
Direito de Exploração	113.784	(545)	113.239
Outorgas de exploração - Mais valia	769.718	(53.702)	716.016
Projetos em desenvolvimento	55.847	-	55.847
Outros	643	-	643
	995.735	(58.425)	937.310

Movimentação do Intangível

Custo de aquisição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixa	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixa de projetos	Cobrança de COMA (iii)	Saldo em 31/12/2025
Rede Básica de Transmissão	55.743	-	-	55.743	-	-	-	55.743
Atlas Brasil Energia Holding 1 - Projeto Casablanca	55.743			55.743	-	-	-	55.743
Direito de Exploração	156.083	-	(42.299)	113.784	-	-	-	113.784
Atlas Catarina Holding Ltda - Projeto Catarina	14.863	-	-	14.863				14.863
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. - Projeto Vista Alegre	141.220	-	(42.299)	98.921				98.921
Outorgas de exploração - Mais valia	769.718	-	-	769.718	-	-	-	769.718
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	627.938	-	-	627.938				627.938
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	141.780	-	-	141.780				141.780
Projetos em desenvolvimento	-	55.847	-	55.847	35.527	(16.692)	(37.915)	36.767
Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda.	-	55.847	-	55.847	35.168	(16.692)	(37.915)	35.784
Atlas Brasil Giovana Holding Ltda.	-	-	-	-	983			983
Outros	646	-	(3)	643	2.198	-	-	2.841
Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda.	15	-	(3)	12	2.198			2.210
Atlas Brasil Catarina Holding Ltda.	631	-	-	631				631
	982.190	55.847	(42.302)	995.735	37.725	(16.692)	(37.915)	978.853

GIP Helios I S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa de projetos</u>	<u>Cobrança de COMA (iii)</u>	<u>Saldo em 31/12/2025</u>
Rede Básica de Transmissão	-	(4.178)	-	(4.178)	(1.858)	-	-	(6.036)
Atlas Brasil Energia Holding 1	-	(4.178)	-	(4.178)	(1.858)			(6.036)
Direito de Exploração	-	(545)	-	(545)	(3.102)	-	-	(3.647)
Atlas Catarina Holding Ltda - Projeto Catarina	-	-	-	-	-	-	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. - Projeto Vista Alegre	-	(545)	-	(545)	(3.102)			(3.647)
Outorgas de exploração - Mais valia	(29.835)	(23.867)	-	(53.702)	(23.867)	-	-	(77.569)
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	(24.339)	(19.471)	-	(43.810)	(19.471)	-	-	(63.281)
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	(5.496)	(4.396)	-	(9.892)	(4.396)	-	-	(14.288)
	(29.835)	(28.590)	-	(58.425)	(28.827)	-	-	(87.252)
	952.355	27.254	(42.302)	937.310	8.274	(16.692)	(37.915)	891.601

- (i) Refere-se a amortização de mais valia de 2025 das controladas (Em 2024 refere-se à amortização da mais valia - da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A., cujas quais foram vendidas em 06 de março de 2024).
- (ii) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia procedeu com a reclassificação de R\$ 55.844 referente a gastos classificados como ativo imobilizado e que foram transferidos posteriormente do ativo imobilizado para o intangível, conforme nota explicativa nº 15. No ano de 2025 o intangível foi integralmente baixado pela companhia, onde R\$ 64.329 foi reconhecido ao resultado do exercício e R\$ 6.482 foi mediante reorganização societária, conforme nota explicativa nº 1.2.
- (iii) Os contratos de COMA (Construction Management Agreement) celebrados entre as empresas do grupo Atlas têm como objetivo o compartilhamento dos custos de construção dos projetos. Nessa estrutura, os custos relacionados à construção, incluindo despesas com pessoal, são centralizados na empresa responsável pela gestão da folha de pagamento e, posteriormente, rateados e cobrados das sociedades de propósito específico (SPEs) titulares dos projetos, de acordo com critérios previamente estabelecidos nos contratos. Essa prática visa garantir a adequada alocação dos custos entre os projetos beneficiado.

15 Imobilizado

Custo de aquisição	31/12/2023	Adições	Reorganização	Cessão onerosa (a)	Transferência	31/12/2024	Adições	Juros capitalizados	Cessão onerosa (a)	Transferência	Baixas	31/12/2025
Adiantamento a fornecedores	2.423	-	-	-	(1.327)	1.096	-	-	-	(1.096)	-	-
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	1.926.031	15.019	-	(1.833)	1.602.557	3.537.163	3.659	-	-	2.978.260	(5.263)	6.513.819
Benfeitorias	-	-	-	-	-	4.611	958	-	-	-	-	5.569
Móveis e utensílios	97	-	-	-	-	275	-	-	-	-	-	275
Imobilizado em andamento	3.163.260	2.417.466	(102.761)	-	(1.601.230)	3.865.322	581.208	85.470	(22.641)	(2.977.151)	(35.826)	1.496.369
Equipamento de informática	-	-	-	-	-	-	839	-	-	-	(320)	519
Desmobilização de ativos	63.232	47.625	-	-	-	77.626	21.987	-	-	-	-	99.613
Projeto em desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	5.155.043	2.480.110	(102.761)	(1.833)	-	7.486.093	608.651	85.470	(22.641)	-	(41.409)	8.123.430
Depreciação acumulada	31/12/2023	Adições	Reorganização	Cessão onerosa (a)	Transferência	31/12/2024	Adições	Juros capitalizados	Cessão onerosa (a)	Transferência	Baixas	31/12/2025
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	(55.660)	(85.471)	-	-	-	(141.131)	(187.985)	-	-	-	-	(329.116)
Benfeitorias	(1.025)	(1.025)	-	-	-	(2.050)	(2.113)	-	-	-	-	(4.163)
/Móveis e utensílios	(37)	(26)	-	-	-	(63)	-	-	-	-	-	(63)
Desmobilização de ativos	(6.979)	(4.013)	-	-	-	-	(2.357)	-	-	-	-	(2.357)
Equipamento de informática	-	-	-	-	-	-	(81)	-	-	-	-	(81)
Total	(63.701)	(90.535)	-	-	-	(143.244)	(192.536)	-	-	-	-	(335.780)
Total do ativo imobilizado	5.091.342	2.389.575	(102.761)	(1.833)	-	7.342.849	416.115	85.470	(22.641)	-	(41.409)	7.787.650

- (a) Durante o exercício de 2025 o Grupo realizou transferência de ativos imobilizados adquiridos pelas controladas da Companhia para empresas do perímetro de Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A no montante de R\$ 22.641 (R\$ 1.833 em 2024). Os valores foram integralmente recebidos em seus respectivos exercícios.

Os ativos detidos pelas controladas indiretas do Grupo compõem as garantias das operações de financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 19.b.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou a existência de indicadores de perda no valor recuperável dos ativos imobilizados das unidades geradoras de caixa (“UGCs”) do grupo GIP 2, definidas no nível dos complexos operacionais: Juazeiro, Casablanca, Boa Sorte e Vista Alegre. No contexto dessa avaliação, foram identificados indicadores de *impairment* nas UGCs, listadas acima, principalmente em decorrência de eventos de *curtailment* operacional, conforme descrito na nota explicativa nº 1.2. Tais eventos impactaram a geração efetiva de energia e aumentaram o nível de incerteza nas projeções de geração de caixa futura.

Em atendimento ao CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou testes de recuperabilidade para todas as UGCs, utilizando a metodologia de valor em uso, com base em fluxos de caixa descontados elaborados individualmente por complexo.

As projeções consideraram, de forma consistente entre as UGCs:

- o perfil de geração e capacidade operacional dos ativos;
- o histórico de desempenho e disponibilidade;
- os efeitos observados e esperados de *curtailment*;
- os contratos de venda de energia vigentes, incluindo preços, prazos e indexadores;
- a carga tributária aplicável; e
- premissas macroeconômicas e operacionais compatíveis com o risco de cada ativo.

As taxas de desconto (WACC) utilizadas, definidas com base em premissas de mercado e compatíveis com o perfil de risco de cada UGC, foram as seguintes:

- Juazeiro: 8,52%
- Casablanca: 9,55%
- Boa Sorte: 9,50%
- Vista Alegre: 9,70%

Com base nos testes realizados, a Administração concluiu que o valor recuperável das UGCs é superior aos respectivos valores contábeis, não sendo necessário o reconhecimento de perdas por *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia mantém o monitoramento contínuo dos fatores operacionais e regulatórios que podem impactar suas premissas, especialmente aqueles relacionados ao *curtailment*.

16 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Compra de energia (a)			252.301	-
Contratação de serviços (b)	20	-	1.667	2.978
Contração de fornecedores de construção (b)	-	-	40.923	382.681
Partes relacionadas (c)	-	-	13.172	14.566
Total de fornecedores	20	-	308.063	400.225
Provisão processos judiciais (e)	-	-	1.909	-
Outras contas a pagar - provisões (d)	-	-	74.774	41.288
Redução de capital	-	-	-	30.113
Total de outras contas a pagar	-	-	76.683	41.288
Total de fornecedores e outras contas a pagar	20	-	384.746	441.513

(a) Compra de energia

Refere-se a compra de energia para cumprimento de contrato de PPA. Em 2024, não havia saldos de compra de energia a pagar, uma vez que o grupo ainda não havia iniciado o suprimento dos contratos firmados com Albras e Votorantim, os quais demandam a modulação da energia produzida para atendimento ao cliente final. Além disso, a Atlas Brasil Comercializadora ainda não atuava como gestora do portfólio de energia do grupo, o que limitava a necessidade de operações de compra de energia naquele exercício.

(b) Contratação de serviços

Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se, principalmente, as contratações necessárias para o processo de construção dos complexos fotovoltaicos dos parques de Draco, Luiz Carlos, Giovana e Catarina.

(c) Partes relacionadas

Conforme nota explicativa nº 28

As informações sobre a exposição da GIP Helios II a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar estão divulgadas na nota explicativa nº 29.

(d) Outras contas a pagar

Os valores que compõem os saldos de outras provisões referem-se a O&M (Operação e Manutenção), fornecedores de construção dos parques fotovoltaicos e demais serviços de terceiros.

(e) Partes relacionadas

Conforme nota explicativa nº 29

As informações sobre a exposição da GIP Helios I a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar estão divulgadas na nota explicativa nº 25.

17 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	Não auditado 2024
PIS	-	-	1.128	1.780
COFINS	-	1	-	9.759
ISS	-	-	745	3.217
INSS (retido de terceiros a recolher)	-	-	999	780
IRRF A Recolher – Terceiros	-	-	327	-
IRRF (Imposto de renda retido na fonte) (a)	-	-	6.441	6.855
CSRF (PIS, COFINS, CSLL retidos) (b)	-	-	-	2.705
ICMS	-	-	11.094	-
Outros	-	-	-	37
Total	-	1	20.734	25.133

- (a) O saldo se deve a retenção de IRRF sobre o mútuo entre partes relacionadas da investida indireta Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.
- (b) O saldo total de ICMS é composto por R\$ 10.516 da companhia Atlas Brasil Energia Holding 3.

18 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a GIP Helios I deve devolver o terreno arrendado onde o parque está localizado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do arrendamento.

Em 01 de janeiro de 2019, o Grupo realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente ao desmantelamento da planta fotovoltaica, no valor de R\$ 29.497. Esse valor foi medido com base nos custos estimados para o desmantelamento ao final do contrato de arrendamento, atualizados ao valor presente por uma taxa de desconto fixada em 6,24%.

Devido à mudança no cenário doméstico, a Administração determinou um aumento nos custos dos serviços necessários para a desmobilização e o aumento das taxas de juros no mercado interno. Como resultado, a Administração atualizou o estudo de desmobilização de ativos em 31 de dezembro de 2021 e passou a reconhecer um acréscimo na provisão no valor de R\$ 49.342.

Esse valor foi medido subtraindo-se o saldo remanescente da provisão, menos os custos projetados necessários para desmobilizar o ativo até 31 de dezembro de 2035, e descontado ao valor presente com a taxa de desconto de 12,75%.

Esse aumento foi reconhecido como uma contrapartida ao custo de desmobilização em Propriedade, planta e equipamento e Ativos de Direito de Uso, conforme notas explicativas nº 11 e 13, respectivamente, bem como ao valor originalmente reconhecido.

O valor correspondente à desmobilização é amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 108.388 (R\$ 77.626 em 31 de dezembro de 2024).

Considerando que apenas alguns contratos de arrendamento atendem aos requisitos da IFRS 16/ CPC 06, o custo para desmobilização foi adicionado ao ativo de direito de uso e ao imobilizado, conforme segue:

As alterações na provisão para desmobilização apresentaram o seguinte:

Provisão para desmobilização:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	77.626	71.892
Atualização de desmobilização (i)	8.775	(47.179)
Adições	21.987	47.625
Correção monetária da provisão para desmobilização	-	5.288
Saldo final	108.388	77.626

- (i) Em 2024 e 2025 as controladas Atlas brasil Energia Holding 1 S.A. e Atlas brasil Energia Holding 3 S.A. procederam com a atualização dos estudos de desmobilização, e Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. reconheceu o custo de desmobilização para as Plantas que compõem o Complexo Luiz Carlos.

19 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Em 2020, a controlada indireta Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A., assinou acordos de extensão de crédito com a Corporação Interamericana de Investimentos (IDB – Invest) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para a construção de plantas fotovoltaicas, com um total de crédito de R\$ 256.872 (USD 49.781), com vencimento em 15 de julho de 2035. O prazo do financiamento é de 15 anos, com um período de carência de 2 anos para o principal e pagamentos semestrais de juros.

b) Em 2021, a controlada indireta Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A., assinou acordos de extensão de crédito com a Corporação Interamericana de Investimentos (IDB – Invest) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para a construção de plantas fotovoltaicas, com um total de crédito de R\$ 459.713 (USD 76.300), com vencimento em 15 de setembro de 2036. O prazo do financiamento é de 15 anos, com um período de carência de 2 anos para o principal e pagamentos semestrais de juros.

c) Em 2023, a controlada indireta Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A., celebrou contratos de abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de USD 210.594, equivalente à R\$ 1.120.000, dos quais 100% já foram desembolsados entre 2023 e 2024, remunerados a taxa fixa ponderada do BNDES de 4,25% acrescido de spread de crédito de 2.28%. O prazo de financiamento é de 20 anos, com carência de 2 anos para o principal.

d) Em 2023, a controlada indireta Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A., celebrou contratos de abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de USD447.804, equivalente à R\$ 2.180.000, dos quais 100% já foram desembolsados entre 2024 e 2025, remunerados a taxa fixa ponderada do BNDES de 4,35% acrescido de spread de crédito de 2.28%. O prazo de financiamento é de 20 anos, com carência de 2 anos para o principal.

e) Em 2023, a Companhia, celebrou uma linha de crédito internacional no montante de USD 135.000 dividido em duas operações sendo a primeira de USD 65.000 em 04 de outubro de 2023 com vencimento do principal e juros em 04 de outubro de 2024 e a segunda operação de USD 70.000 em 18 de outubro de 2023 com vencimento do principal e juros em 18 de outubro de 2024 com juros remuneratórios da taxa de referência (TERM-SOFR, administrada pelo CME Group Benchmark Administration Ltd. para contratos internacionais) acrescida de 1,85% ao ano. O contrato foi quitado em 2025 mediante debêntures capitadas.

f) Em 17 de maio 2024, a controlada Altas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. realizou a sua 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública, pelo rito de registro automático, no volume de R\$765.000, exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, com prazo de vencimento em 12 meses e remunerada a 100% da taxa DI, acrescido de sobretaxa de 2.20% ao ano. Do volume total, a Companhia realizou o desembolso apenas de R\$125.000, os quais foram integralmente repagos em agosto de 2024, com os recursos captados pela 1ª emissão de debêntures simples, as quais os detalhes constam abaixo.

g) Em 28 de junho de 2024, a controlada Altas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. realizou a sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em 2 (duas) séries, no volume total de R\$750.000, sendo R\$200.000 para a primeira série e R\$550.000 para a segunda série, exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. A primeira série possui vencimento em 12 anos, e a segunda série em 20 anos, ambas com carência de 2 anos. Ambas as séries são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Sobre o valor nominal unitário atualizado, a primeira série incide juros remuneratórios de 6.9708% ao ano, e a segunda série, 7,4150% ao ano. A Emissão foi caracterizada “Debêntures Verdes”, conforme parecer emitido pela Sustainable Fitch. A segunda série também contou ranking AA(bra), emitido pela Fitch Ratings.

j) Em 15 de agosto de 2025, a Companhia realizou a 1ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 650 milhões, divididos em duas séries, com vencimento final em 31 de julho de 2028 e pagamentos de juros semestrais. As debêntures são remuneradas à taxa CDI acrescida de spread de 1,55% ao ano para a 1ª série e 4,50% ao ano para a segunda série. Os recursos captados destinam-se ao pagamento do Bridge Loan feito com o Itaú, e aporte para pagamento do Bridge Loan da controlada Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.

	Consolidado	
	2025	2024 Não auditado
As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:		
Empréstimos, financiamentos e debêntures		
Saldo inicial	5.990.298	2.885.632
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.325.634	3.288.263
Juros e correção monetária incorridos no exercício	500.240	348.624
Pagamento de principal	(839.005)	(1.137.458)
Juros pagos	(134.536)	(141.336)
Financiamento transferido mediante cisão	-	(247.000)
Custos de captação incorridos no exercício	19.814	13.177
Custo de captação	(17.105)	(179.144)
Variação cambial	(828.106)	1.159.540
Saldo final	6.026.673	5.990.298
Circulante	812.091	489.921
Não circulante	5.214.582	5.500.377

	Controladora	
	2025	2024
As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:		
Financiamentos		
Saldo inicial	335.001	664.260
Captação de financiamentos	650.000	-
Juros incorridos no exercício	38.288	54.328
Pagamento de principal	(298.482)	(499.584)
Juros pagos	(100.172)	(67.265)
Custo de captação	(3.149)	-
Variação cambial	(36.519)	183.362
Saldo final	584.967	335.101
Circulante	584.967	335.101
Não circulante	-	-

(i) A taxa de fechamento utilizada para conversão dos financiamentos em dólar foi de R\$ 5,50 (R\$ 6,19 em 2024).

Os financiamentos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (covenants) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os covenants são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da debênture captada, os principais covenants são:

- Cumprir rigorosamente a legislação ambiental;
- Comprovar perante o agente fiduciário a correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (covenants) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

Garantias prestadas

A emissão de debêntures tem como fiadores o Itaú Unibanco S.A. e o Banco Santander (Brasil) S.A., sendo que as fianças são aplicáveis somente a segunda série. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do agente fiduciário, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato de financiamento.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas da Companhia foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- Sub-rogação de garantias reais:
 - penhor de ações e quotas da Companhia e SPEs, de titularidade dos sócios e da tomadora nas SPEs, respectivamente;
 - penhor dos equipamentos de titularidade da Companhia;
 - cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes advindos do Projeto de titularidade da Companhia e das contas relacionadas ao Projeto;
 - Garantia fidejussória prestada pela Afiançada (Luiz Carlos Comercializadora S.A.);
 - Compromisso limitado de aporte de capital na Companhia, pelos sócios;
 - Fiança bancária para diferença entre equity aportado e Aporte Total vigente até a comprovação do Aporte Total.

Todas as cláusulas restritivas (covenants) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as subsidiárias da Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. não atingiram covenant financeiro previsto em contrato de empréstimo. Em conformidade com as obrigações contratuais, o Grupo formalizou o tema junto à instituição financeira e obteve em 2025 o respectivo waiver, e devido a isto a dívida não foi reclassificada para o curto prazo. Ressalta-se que a dívida foi integralmente quitada, conforme detalhado na nota explicativa nº 31.

20 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.338.268 (R\$ 3.866.636 em 31 de dezembro de 2024) representado por 4.383.268 mil ações (3.828.975 mil em 31 de dezembro de 2024), sendo todas ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. As ações da Companhia pertencem ao acionista GIP Helios I S.A., detentor de 100% das ações. O saldo de capital social a integralizar é de R\$ 44.360.

A Empresa realizou o aumento de capital social, decorrente a alteração contratual, realizada em 12 de dezembro de 2025, com subscrição de capital social no montante de R\$ 516.632 totalizando o capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado de R\$ 4.383.268 em 31 de dezembro de 2025.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 houve uma redução de capital no montante de R\$ 2.332.000 mediante depósito em conta para a controladora. Adicionalmente, foi aportado o montante de R\$ 309.939 (R\$ 1.001.312 em 31 de dezembro 2023) mediante depósito em conta da Companhia e foi realizada redução de capital mediante cisão dos projetos de Draco e Luiz Carlos Holding 1 no montante de R\$ 92.274, conforme nota explicativa 12.

b. Outros resultados abrangentes

i. Reserva de Hedge

As variações cambiais, líquidas dos efeitos fiscais, resultantes do principal do financiamento vinculado a moeda estrangeira, designado como hedge de fluxo de caixa, estão sendo reconhecidas em outros resultados abrangentes. As operações de hedge foram realizadas na Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A., Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A., Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. e na Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A. que em 31 de dezembro de 2025 com reconhecimento de ganhos em 2025 de R\$ 75.654 (perdas de R\$ 192.590 em 2024). As variações cambiais do instrumento de hedge designado serão reconhecidas no patrimônio líquido até que o objeto hedge, as receitas altamente prováveis da venda de energia, sejam reconhecidas.

As mudanças correspondentes no custo amortizado serão reconhecidas no patrimônio líquido até que o item hedge seja reconhecido na receita e, conseqüentemente, a proporção do saldo do patrimônio líquido será transferida para a receita do ano.

ii. Ajuste de conversão

Mediante os ajustes de conversão realizados nas subsidiárias indiretas, Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. e Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A., foi reconhecido o efeito reflexo da controlada, que em 31 de dezembro de 2025 foi de ganho de R\$ 266.893 (perdas de R\$ 549.925 em 31 de dezembro de 2024).

O saldo acumulado de outros resultados abrangentes da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de perdas de R\$ 299 251 (R\$ 641.868 de perdas em 31 de dezembro de 2024).

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou prejuízos de R\$ 282.490 a Companhia apurou prejuízos de R\$ 952.028 em 31 de dezembro de 2024.

d. Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme previsto no artigo dezesseis do seu Estatuto Social, a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 1%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final de cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, em função dos prejuízos apurados nos exercícios, nenhum dividendo mínimo obrigatório foi constituído.

e. Participação dos não controladores

O Grupo reconhece como participação de não controladores o valor de R\$ 563.322 (R\$ 360.316 em 2024), como detalhado abaixo por investida:

Composição de não controladores	2025			
	Part.%	Patrimônio líquido	Lucro / (prejuízo) do exercício	Participação de não controladores
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A	30%	689.892	(57.676)	206.639
Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.	40%	605.136	(44.986)	242.054
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	3%	277.595	1.239	8.328
Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A.	10%	704.342	63.045	70.434
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	1%	654.569	(29.487)	6.545
Total de participação não controladores		2.931.534	(193.955)	534.000
Resultado de participação de não controladores		-	(29.232)	-

Composição de não controladores	2024			
	Part.%	Patrimônio líquido	Lucro / (prejuízo) do exercício	Participação de não controladores
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A	30%	482.939	(95.607)	143.648
Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.	40%	514.879	(42.666)	205.952
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	3%	253.891	24.599	7.617
Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A.	10%	30.994	(23.177)	3.099
Total de participação não controladores		767.824	(136.851)	360.316
Resultado de participação de não controladores		-	(31.791)	-

21 Receita operacional líquida

Fluxos de receitas e desagregação da receita de contratos com clientes. A GIP Helios I gera receita exclusivamente da venda de energia elétrica produzida por usinas fotovoltaicas. Na tabela a seguir está apresentada a composição analítica da receita de contratos com clientes apresentadas na demonstração do resultado do exercício, que é consistente com a receita bruta para fins fiscais:

A tabela a seguir apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Consolidado	
	2025	2024 Não auditado
Receita contrato de energia (ACL) (a)	1.090.598	806.283
Receita de contratos de swap de energia (b)	1.086.178	-
Receita contrato de energia (MCP)	105.398	44.706
<i>Constrained off</i> (c)	4.357	-
Outras receitas	938	172
Receita bruta	2.287.470	851.161
Impostos sobre venda	(233.288)	(83.002)
Total da receita operacional líquida	2.054.182	768.159

- (a) Receita proveniente da operação firmada bilateralmente em ambiente de contratação livre (ACL);
- (b) As receitas de swap de energia referem-se a operações realizadas pela Companhia para adequar o perfil da energia gerada ao perfil de consumo dos clientes, por meio da troca de energia entre diferentes submercados, curva de geração e tipo de energia. Nessas operações, ocorre a transferência efetiva de energia, sendo reconhecida receita pela venda da energia transferida e custo pela energia adquirida (nota explicativa nº 20; e
- (c) Em 31 de dezembro de 2025, o grupo apresenta saldo decorrente de pleitos de *constrained off* no montante de R\$ 4.357, conforme descrito na nota explicativa nº 1.2.

Em 31 de dezembro de 2025 a quantidade comercializada pelo Grupo foi de 3.552 GW (1.253 GW em 31 de dezembro de 2024)

22 Custos de operação

	Consolidado	
	2025	2024 Não auditado
Custos do serviço de energia elétrica		
Depreciação	(192.536)	(96.609)
Amortização do intangível	(28.827)	(28.827)
Compra de energia para revenda (a)	(1.240.766)	(326.559)
Operação e manutenção	(50.273)	(24.560)
Encargo de uso de rede de energia elétrica (c)	(120.478)	(55.541)
Compromissos sociais e ambientais	(6.814)	(1.746)
Custo de locação de terras (b)	(2.588)	(3.139)
Seguros	(25.171)	(13.509)
Custos compartilhados	(1)	(2.211)
Serviços técnicos	(1.561)	-
Atualização do custo de desmobilização	-	34.760
Custo de aporte em garantia	(917)	-
Outros custos	(5.382)	(3.083)
Total	(1.675.314)	(492.197)

23 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024 Não auditado
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	-	-	(131.872)	(55.226)
Contabilidade e auditoria	(290)	(320)	(6.177)	(5.233)
Serviços técnicos	-	(35)	(8.094)	(6.824)
Assessoria e advogados	(2)	(3)	(17.316)	(19.667)
Despesas com aluguel e condomínio	-	-	(1.805)	(372)
Consultoria operacional (a)	-	-	-	(29.688)
Outros impostos e taxas (b)	(2)	(51)	(3.375)	(17.080)
Licenças, despesas regulatórias e taxas	-	-	-	(4.741)
Despesa de consumo do escritório	-	-	(745)	(2.208)
Despesas com viagens	-	-	(10.277)	(11.706)
Outras	(14)	(28)	(74)	(4.949)
Amortização do intangível	-	-	(28.827)	(34.728)
Total	(308)	(437)	(208.561)	(192.859)

- (a) Em função da venda das controladas Atlas Brasil Energia Renováveis S.A. e Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A., verifica-se uma redução em depreciações e amortizações, uma vez que estes ativos já não são controlados pelo Grupo.
- (b) Em 2025, houve um aumento com gasto com pessoais por conta da contratação de pessoal para o desenvolvimento de novos negócios
- (c) Refere-se a impostos sobre receitas financeiras, principalmente aplicações e outras receitas
- (d) Em função da construção de novos parques em 2024, o Grupo aumentou os custos de viagens e deslocamento afim de atender o progresso de construção, em 2025 não houve grandes mudanças a respeito dos custos de deslocamento.
- (e) Em 2025, o Grupo procedeu com a compra de energia elétrica junto a terceiros para o cumprimento de contratos de fornecimento de energia junto a seus clientes.

24 Outras despesas e receitas operacionais

	Consolidado	
	2025	2024 Não auditado
Outras receitas e despesas operacionais		
Receita na venda de participações societária (a)	-	2.670.549
Créditos tributários	-	1.594
Custo da participação nas investidas (a)	(15.495)	(3.268.355)
Baixa de ativo imobilizado (b)	(41.409)	(37.563)
Baixa de projetos não realizados	-	(914)
Outras despesas operacionais	(718)	(377)
Total	(57.622)	(635.066)

- (a) Em 2024, refere-se a receita e o custo na operação de venda de participação societária das controladas da GIP Helios I, com ênfase na transação de venda da Atlas Brasil Energia Renováveis S.A. e Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.,

onde, a receita de venda foi 2.360.949 e o custo foi de R\$ 3.151.044, gerando um prejuízo na transação de R\$ 790.095. Em 2023, a venda de participação das investidas indiretas da GIP Helios I, Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. e Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A onde, a receita de venda foi 223.994 e o custo foi de R\$ 187.007, gerando um lucro na transação de R\$ 36.987.

(b) Conforme nota explicativa nº 16

25 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2025	2024 Não auditado
Receita financeira		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	70.633	53.584
Resultado com derivativos (b)	31.982	151.429
Juros com mútuo	1.989	-
Variação cambial ativa (a)	495.665	196.929
	600.269	401.942
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(15.003)	(36.632)
Despesa de juros com empréstimos, financiamentos e debentures (e)	(415.490)	(348.624)
Carta de fiança	(69.540)	-
Juros sobre arrendamentos (c)	(13.076)	(4.513)
Correção monetária da provisão de desmobilização (d)	(8.775)	(5.288)
Variação cambial passiva (a)	(439.513)	(293.881)
Outros custos	-	(569)
Custos de captação incorridos no período	(29.253)	(13.176)
Perdas com derivativos (b)	(411)	(7.121)
	(991.061)	(709.804)
Resultado financeiro, líquido	(390.792)	(307.862)

(a) Refere-se à variação cambial das transações societárias, receitas na venda de participação, conforme nota 2. Adicionalmente, O Grupo possui saldos em moeda estrangeira de financiamentos, empréstimos e debentures. Devido às oscilações cambiais, as variações cambiais positivas são demonstradas como receita financeira e as negativas como despesas financeiras.

(b) Refere-se a ganho com derivativos da Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.

(c) Conforme nota explicativa nº 16

(d) Conforme nota explicativa nº 16

(e) Conforme nota explicativa nº 24

26 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025, o valor restante a pagar referente ao imposto de renda e contribuição social da Companhia e suas controladas é de R\$ 14.054 (R\$ 62.435 em 31 de dezembro de 2024). A reconciliação da despesa com o imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas combinadas ao resultado é apresentada abaixo:

a) Demonstração do cálculo consolidado do lucro tributável por meio do método de cálculo do lucro tributável

	Consolidado	
	2025	2024
Resultado contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(282.490)	(952.028)
Exclusões:		
Resultado de equivalência patrimonial (*)	282.277	951.577
Base de cálculo	(213)	(451)
Compensação de prejuízos fiscais	-	-
Base de cálculo após a compensação de prejuízo fiscal	-	-
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	-	-

O prejuízo fiscal acumulado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 976.394 (R\$ 976.181 em 31 de dezembro de 2024),

b) Valores reconhecidos na receita das empresas sob o método de lucro presumido

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta (*)	1.000.888	249.385
Presunção do imposto de renda - 8% (a)	80.071	19.951
Presunção da contribuição social - 12% (b)	120.107	29.926
Demais receitas (c)	95.849	262.112
Base de cálculo do IRPJ - (a) + (c)	175.920	282.063
Imposto de renda a alíquota de 15%	(26.388)	(42.309)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(17.592)	(28.206)
Total IRPJ	(43.980)	(70.516)
Base de cálculo da CSLL (c) + (b)	215.956	292.038
Contribuição social a alíquota de 9%	(19.436)	(26.283)
Total CSLL	(19.436)	(26.283)
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(63.416)	(96.799)
	6%	16%

(*) O valor apresentado como receita bruta é composto pela receita bruta das SPEs sob controle das holdings e subholdings, mais os efeitos de reembolsos, conforme apresentado na nota explicativa nº 21.

O valor total das despesas combinadas com imposto de renda e contribuição pelo Grupo é de R\$ 63.416 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 96.799 em 31 de dezembro de 2024).

c) Valores reconhecidos no patrimônio líquido – Impostos diferidos da reserva de hedge

	Consolidado	
	2025	2024
Reserva de hedge – instrumentos derivativos - Casablanca Comercializadora	(50.246)	(109.268)
Reserva de hedge – instrumentos derivativos - Juazeiro Comercializadora	22.759	(56.615)
Reserva de hedge – instrumentos derivativos - Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. e Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.	-	(446)
Reserva de hedge – instrumentos financeiros – Projeto Draco	32.426	32.426
Alas Brasil Energia Holding 4	(5.360)	
Vendas de participações societárias	-	18.185
Variação cambial de venda de participações societárias	44.023	44.023
Base de cálculo	(42.688)	(71.695)
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativos	18.712	56.552
Imposto de renda e contribuição social diferidos – passivos	(4.198)	(32.176)

d) Valores reconhecidos na receita – Impostos diferidos de vendas de participações societárias

	Consolidado	
	2025	2024
Ganho de capital em venda de investimentos	87.650	65.276
Base de cálculo	87.650	65.276
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(29.801)	(22.195)

e) Valores reconhecidos na receita – Impostos diferidos de vendas de participações societárias

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar é de R\$ 55.775 (R\$ 27.866 em 31 de dezembro de 2024) e é composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	2025	2024
Imposto de renda retido na fonte	5.746	11.823
Saldo negativo de imposto de renda	31.134	14.135
Impostos a recuperar	11.213	-
Saldo negativo de imposto de contribuição social	7.726	1.908
	55.819	27.866
Outros impostos a recuperar	5.530	3.641
Total	61.149	31.507

27 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta e final é o GIP Helios I S.A. e o controlador final é GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende salários, benefícios monetários e bônus. Para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram pagos a títulos de salários e bônus o montante de R\$ 3.617 (R\$ 3.603 em 31 de dezembro de 2024).

c. Operações com partes relacionadas

Controladora	Contas a receber		Receitas (despesas)	
	2025	2024	2025	2024
Operações intercompany				
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A (i)	-	-	(32)	32.498
	-	-	(32)	32.498
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2025	2024	2025	2024
Dividendos e redução de capital				
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. (iii)	30.000	30.000	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. (iii)	27.542	27.542	-	-
GIP Helios I S.A. (iv)	-	-	1.594	1.594
	57.542	57.542	1.594	1.594

Consolidado	Contas a receber		Contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Custos compartilhados						
Atlas Energía Renovable de Brasil Servicios Ltda. (i)	230	-	-	232	230	-
Complexo Fotovoltaico Luiz Carlos Lado “B” (SPEs Boa Sorte 18 a 23) (i)	11.196	-	-	-	-	-
Complexo Fotovoltaico Draco (SPEs Draco 1 a 11) (i)	22.418	-	-	-	-	-
Hydro Rein Boa Sorte Holding B. V (ii)	7.755	4.602	-	-	3.153	4.602
Acierta Energia SPA (ii)	17	-	-	-	17	-
Alhambra Solar SPA (ii)	55	-	-	-	55	-
Atlas Development Chile SPA (ii)	655	-	3.822	4.301	1.134	-
Atlas Energia SPA (ii)	1.181	-	-	-	1.181	-
Atlas Renewable Energy Chile SPA (ii)	-	729	1.920	2.161	(488)	-
Atlas Renewable Energy Colombia SAS (ii)	93	-	-	-	93	-
Atlas Renewable Energy Mexico S. de R.L de CV (ii)	2.980	3.361	981	1.104	(258)	-
Atlas Renewable Energy Spain S.L.U (ii)	132	148	-	-	(16)	-
Atlas Renewable Energy USA, LLC (ii)	113	127	6.220	7.000	766	-
Bess Del Desierto SPA (ii)	-	-	-	-	-	-
Chungungo S.A. (ii)	102	-	-	-	102	-
Colidim S.A (ii)	-	11	-	-	(11)	-
Copiapo Energía Solar SPA (ii)	2	-	-	-	2	-
Estepa Solar SPA (ii)	166	-	-	-	166	-
Hydro Rein Boasorte Holding B.V (ii)	7	-	-	-	7	-
Javiera SPA (ii)	5	45	-	-	(40)	-
Vega Solar 6 Sapi de C.V (ii)	33	29	-	-	4	-
	47.140	9.052	12.943	14.566	6.097	4.602
Controladora e Consolidado						
			Dividendos a pagar			
			2025	2024		
GIP Helios I S.A.			1.594	1.594		

- (i) Refere-se aos montantes de contas a pagar e receber entre partes relacionadas. As controladas possuem contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora. O critério de rateio se dá com base na capacidade instalada para cada Controlada em face do total. Os principais gastos compartilhados são:
- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
 - Despesas legais e advocatícias e seguros.
- (ii) Refere-se à alocação de custos compartilhados com intercompanhias no exterior.
- (iii) Refere-se a redução de capital
- (iv) Refere-se a dividendos a receber

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

A tabela a seguir mostra os valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo suas classificações de valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não medidos a valor justo é próximo ao valor contábil, qualquer informação relacionada ao valor justo desses instrumentos financeiros foi incluída.

		Consolidado				
		31/12/2025 – Valor contábil		31/12/2024 – Valor contábil		
Nota		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	
Ativo						
	Caixa e equivalentes de caixa	8	792.508	85.473	361.850	239.626
	Contas a receber	9	-	434.932	-	232.964
	Contas a receber – venda de participações societárias	9	-	14.138	-	233.846
	Outras contas a receber	9	-	9.852	-	9.760
	Ativos financeiros derivativos		5.360	-	-	-
	Total		797.868	544.395	361.850	716.196

		Consolidado				
		31/12/2025 – Valor contábil		31/12/2024 – Valor contábil		
Nota		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	
Passivo						
	Fornecedores	16	-	308.063	-	400.225
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	-	6.026.673	-	5.990.298
	Arrendamentos	13	-	147.220	-	63.893
	Dividendos a pagar	20	-	1.594	-	1.594
	Passivos financeiros derivativos		-	-	446	-
	Outras contas a pagar	16	-	76.683	-	41.288
	Total		-	6.560.233	446	6.497.298

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nível (*)	Consolidado			
		2025		2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	877.981	877.981	601.476	601.476
Contas a receber	Nível 2	434.932	434.932	232.964	232.964
Contas a receber – venda de participações societárias	Nível 2	14.138	14.138	233.846	233.846
Outras contas a receber	Nível 2	9.852	9.852	9.760	9.760
Total		1.342.263	1.342.263	1.078.046	1.078.046
Fornecedores	Nível 2	308.045	308.045	400.225	400.225
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	6.026.673	6.026.673	5.990.298	5.990.298
Arrendamentos	Nível 2	147.220	147.220	63.893	63.893
Dividendos a pagar	Nível 2	1.594	1.594	1.594	1.594
Passivos financeiros derivativos	Nível 2	-	-	446	446
Outras contas a pagar	Nível 2	76.683	76.683	41.288	41.288
Total		6.560.215	6.560.215	6.497.744	6.497.744

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a GIP Helios I usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência resultante da avaliação de valor justo entre os níveis 1, 2 e 3.

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

<u>Tipo</u>	<u>Técnica de avaliação</u>	<u>Inputs significativos não observáveis</u>
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando as taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas	Aplicável

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco deriva principalmente dos instrumentos financeiros da Companhia e controladas.

Esse risco deriva principalmente dos instrumentos financeiros listados abaixo:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	78	7.147
Total	78	7.147

	Consolidado	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	877.981	601.476
Contas a receber	434.932	232.964
Contas a receber – venda de participações societárias	14.138	233.846
Ativos financeiros derivativos	5.360	-
Outras contas a receber	9.852	9.760
Total	1.342.263	1.078.046

Contas a receber

A exposição da Companhia e suas Controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. No entanto, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de inadimplência do setor no qual o cliente atua.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para perdas por valor justo que representa suas estimativas de perdas esperadas em relação às contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia avaliou que não era necessário o reconhecimento de uma provisão para perdas por valor justo.

A Companhia e suas controladas não exigem garantias para as contas a receber de clientes. A Companhia não possui contas a receber de clientes para as quais não seja reconhecida provisão para perdas devido a garantias oferecidas.

Depósitos bancários remunerados.

A Companhia e suas controladas limitam sua exposição ao risco de crédito ao investir em depósitos bancários remunerados em mercados líquidos.

A exposição máxima ao risco de crédito dos depósitos bancários remunerados, classificados como custo amortizado e com vencimento de curto prazo, foi de USD 105.991 em 31 de dezembro de 2025 (USD 105.991 em 31 de dezembro de 2024).

Garantias

A política da Companhia é de fornecer garantias financeiras apenas para as obrigações de suas subsidiárias e demais entidades da Grupo Atlas. A controlada GIP Helios I S.A. emitiu fianças de Facility junto ao Banco Itaú para certos bancos em relação a linhas de crédito concedidas às suas subsidiárias e demais companhias do Grupo Atlas, conforme detalhe dos contratos ativo abaixo:

País	Beneficiário	Montante do Contrato (USD)	Montante do Contrato (BRL)
Brasil	Inter-American Investment Corporation	31,618	195.788
Chile	Citibank, N.A	4,000	24.769
	ELETRANS S.A.	840	5.202
Chile Total		4,840	29.971
México	CENACE	3,752	23.233
Uruguai	Citibank, N.A	35,223	218.108
	UTE	1,154	7.147
Uruguai Total		36,377	225.256
Total		76,587	474.247

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em dinheiro ou outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na gestão de liquidez é garantir, na medida do possível, que terá liquidez suficiente para cumprir suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais quanto de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

Abaixo são apresentados os vencimentos contratuais dos passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses montantes são brutos, sem descontos aplicados, e incluem os pagamentos de juros contratuais.

31 de Dezembro de 2025

	Valor contábil	Fluxo de Caixa Contratual - Consolidado				
		Total	≤ 1 ano	2-5 anos	6-10 anos	>10 Anos
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debentures	6.026.673	15.912.220	1.577.725	3.563.188	3.638.407	7.132.900
Arrendamentos	147.220	185.801	2.137	6.411	10.685	166.568
Fornecedores	308.063	308.063	308.063	-	-	-
Outras contas a pagar	76.683	125.223	125.223	-	-	-
Dividendos a pagar	1.594	1.594	1.594	-	-	-
Total	6.560.233	16.532.901	2.014.742	3.569.599	3.649.092	7.299.468

31 de Dezembro de 2024

	Valor contábil	Fluxo de Caixa Contratual - Consolidado				
		Total	≤ 1 ano	2-5 anos	6-10 anos	>10 Anos
Passivos financeiros						
Financiamentos e Debêntures	5.990.298	5.837.039	489.921	1.469.763	2.449.605	1.427.750
Arrendamentos	63.893	-	2.137	6.411	10.685	4
Fornecedores e outras contas a pagar	441.513	441.513	439.973	1.540	-	-
Passivos financeiros derivativos	446	446	446	-	-	-
Total	6.496.150	6.278.998	932.477	1.477.714	2.460.290	1.427.754

iii. Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado, como taxas de câmbio e de juros, impactem os ganhos da GIP Helios I ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da gestão de risco de mercado é gerenciar e controlar exposições a esses riscos dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo otimizando o retorno.

iv. Risco Cambial

A GIP Helios I está exposta ao risco cambial em operações estrangeiras decorrente das diferenças entre o real (BRL), sua moeda funcional, e o dólar americano (USD). A exposição surge do contrato de financiamento vinculado ao dólar e das futuras vendas de energia também ligadas ao dólar

v. Risco de variação Cambial

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco cambial decorrente dos compromissos de aportar recursos em suas subsidiárias relacionados à aquisição de ativos fixos para a implementação das usinas de geração. O risco surge das oscilações entre o real (R\$) e o dólar americano (USD).

A política de gestão de risco cambial da Companhia é proteger 100% de sua exposição esperada em moeda estrangeira contra compromissos futuros. A Companhia utiliza contratos a termo NDF (Non-Deliverable Forward) para se proteger. Os compromissos futuros vinculados a moedas estrangeiras têm seus vencimentos começando em dezembro de 2023 e terminando em março de 2025.

Hedge de fluxo de caixa envolvendo as receitas futuras altamente prováveis do Grupo.

Os valores de referência, dos instrumentos de proteção em 31 de dezembro de 2025, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa US\$ 1,00 / R\$ 5,22 (US\$ 1,00 / R\$ 6,19), são apresentados a seguir:

Consolidado					
Instrumento de <i>hedge</i>	Objeto de <i>hedge</i>	Tipo de risco protegido	Período de Proteção	Em USD	Em BRL
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos – Financiamento em (USD)	Variações cambiais de parte das Receitas operacionais mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa Spot BRL x USD	Set/2022 à Nov/2036	114.874	711.335
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos – Financiamento em (USD)	Variações cambiais de parte das Receitas operacionais mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa Spot BRL x USD	Set/2022 à Jul/2035	53.748	332.821
Movimentação do valor de referência (principal)				Em USD	Em BRL
Designações em 1º de janeiro de 2023				-	-
Designação durante o exercício				183.488	942.268
Variação cambial				-	(73.945)
Total do instrumento de <i>hedge</i> em 31 de dezembro de 2023				183.488	868.323
Designação durante o exercício				(14.866)	(78.784)
Variação cambial				-	234.617
Total do instrumento de <i>hedge</i> em 31 de dezembro de 2024				168.622	1.024.156
Designação durante o exercício				(11.758)	(99.582)
Variação cambial				-	(101.013)
Total do instrumento de <i>hedge</i> em 31 de dezembro de 2025				156.864	843.561

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve valor de inefetividade reconhecido.

As receitas futuras altamente prováveis, oriundas dos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*), atrelados ao dólar americano (USD), designadas como objetos de proteção nas relações de *hedge* de fluxo de caixa representam, em média, 37% das receitas futuras altamente prováveis, dos mesmos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*), atrelados ao dólar americano (USD).

A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial acumulada em ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a ser realizada pelas futuras receitas realizadas dos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*).

	Consolidado		Total
	Variação cambial	Efeito tributário (34%)	
Total em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	(374)	127	(247)
Hedge Comercializadora Casablanca	50.721	(17.245)	33.475
Hedge Comercializadora Juazeiro	23.581	(8.018)	15.564
Total em 31 de dezembro de 2023	73.928	(25.136)	49.039
Hedge Comercializadora Casablanca	(160.683)	54.632	(106.051)
Hedge Comercializadora Juazeiro	(78.129)	26.904	(52.225)
Total em 31 de dezembro de 2024	(164.884)	56.060	(108.577)
Hedge Comercializadora Casablanca	41.470	8.776	50.246
Hedge Comercializadora Juazeiro	34.483	(11.724)	22.759
Total em 31 de dezembro de 2025	(88.931)	(53.112)	(35.572)

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre o real, (BRL) sua moeda funcional e o dólar americano (USD). A exposição decorre do contrato de financiamento atrelado ao dólar americano e dos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*).

Análise de sensibilidade a moedas estrangeiras

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir está apresentado o instrumento financeiro da Companhia que está exposto à moeda estrangeira, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de câmbio até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas	Taxa em 31/12/2025	Cenário Provável 31/12/2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de câmbio USD (a)	5,22	5,50	5,50	6,87	8,25
Mudança nas taxas	Taxa em 31/12/2024	Cenário provável 31/12/2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de câmbio USD (a)	6,19	5,96	5,96	7,45	8,94
Risco de itens <i>off-balance</i> (*) Hedge de fluxo de caixa Contratos (NDFs)	Moeda / Risco USD	Exposição 563	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
			3.355	4.194	5.033
Risco de itens <i>off-balance</i> (*) Contratos (PPA)	Moeda / Risco USD	Exposição 156.864	Sensibilidade - Consolidado		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
			862.752	1.077.656	1.294.128
Risco de aumento (passivo) Financiamento	Moeda / Risco USD	Exposição 156.864	Sensibilidade - Consolidado		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
			(62.752)	(1.077.656)	(1.294.128)
Contratos de fluxo de caixa de hedge (PPA)	Moeda / Risco USD	Exposição 156.864	Sensibilidade - Consolidado		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
			862.752	1.077.656	1.294.128
Risco de itens <i>off-balance</i> (*) Contratos (PPA)	Moeda / Risco USD	Exposição 168.622	Sensibilidade - Consolidado		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
			(38.783)	212.463	463.710
Risco de aumento (passivo) Financiamento	Moeda / Risco USD	Exposição (168.622)	Sensibilidade - Consolidado		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
			38.783	(212.463)	(463.710)
Contratos de fluxo de caixa de hedge (PPA)	Moeda / Risco USD	Exposição 168.622	Sensibilidade - Consolidado		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
			(38.783)	212.463	463.710

(ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Atlas efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da GIP Helios I em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da GIP Helios I que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela GIP Helios I, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco:

Mudanças nas taxas de juros	Taxa 31/12/2024	Cenário provável 31/12/2025	Sensibilidade - Consolidado		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento da taxa de juros e índices					
IPCA (a)	4,90%	4,32%	4,32%	18,75%	22,50%
Libor (b)	4,85%	4,50%	4,50%	5,40%	6,48%
TERM SOFR (c)	4,49%	4,60%	4,60%	5,75%	6,90%
CDI (d)	12,15%	15,00%	15,00%	5,63%	6,75%

Risco de aumento (passivo)	Item	31/12/2025	Sensibilidade - Consolidado				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	CDI	1.185.513	177.827	222.284	266.740	(222.284)	(266.740)
Financiamentos	IPCA	1.302.684	56.276	70.345	84.414	(70.345)	(84.414)
Financiamentos	SOFR	72.627	3.341	4.176	5.011	(4.176)	(5.011)
		2.560.824	237.444	296.805	356.166	(296.805)	(356.166)

		31/12/2024	Sensibilidade - Consolidado				
Risco de aumento (passivo)	Item		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	CDI	917.796	1.053.171	1.086.945	1.120.812	748.646	714.779
Financiamentos	IPCA	742.744	779.584	788.794	798.004	696.694	687.484
Financiamentos	SOFR	3.882.697	4.057.031	4.100.517	4.144.391	3.664.878	3.621.004
Financiamentos	Libor	313.845	328.533	332.205	335.877	295.485	291.813
		5.857.082	6.218.318	6.308.461	6.399.084	5.405.703	5.315.080

		31/12/2025	Sensibilidade - Consolidado				
Risco de redução (ativo)	Item		Provável	Δ + (25%)	Δ + (50%)	∇ - 25%	∇ - 50%
Aplicações financeiras	CDI	792.454	116.895	146.119	175.342	(146.119)	(175.342)

		31/12/2024	Sensibilidade - Consolidado				
Risco de redução (ativo)	Item		Provável	Δ + (25%)	Δ + (50%)	∇ - 25%	∇ - 50%
Aplicações financeiras	CDI	361.850	53.373	66.689	80.041	(66.689)	(80.041)

- (a) Índice nacional de Preço ao Consumidor Amplo – Fonte: Boletim Focus
 (b) London Inter-bank Offered Rate – Fonte: Global Rates.
 (c) Term Sofer- CME Group Benchmark Administration Ltd – Fonte: Global Rates.
 (d) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Boletim Focus

29 Contingências

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa do Grupo, para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas.

Causas possíveis:

- (a) As controladas da Companhia Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A. (investida direta) possuem uma arbitragem com probabilidade de perda possível, onde se discute um valor total em disputa de aproximadamente R\$ 35.733 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).
- (b) As controladas da Companhia Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A. (investida direta) figuram como autuadas em um auto de infração lavrado pela ANEEL no valor total de R\$ 1.015, com probabilidade de perda possível, por conta de descumprimentos técnicos. Foi apresentada Impugnação em face do referido auto de infração e está pendente de análise pela Agência (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).
- (c) As controladas da Companhia Atlas Casablanca Holding Ltda possuem uma multa imposta por Auto de Infração lavrado pela Receita Federal por suposta ausência de recolhimento de IOF, no valor de R\$ 11.866, com probabilidade de perda possível. Foi apresentada Impugnação em face do referido auto de infração e está pendente de análise pela Receita Federal (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

- (d) As controladas da Companhia Atlas Casablanca Holding Ltda figuram como autuadas em um auto de infração lavrado pela ANEEL no valor total de R\$ 1.976, com probabilidade de perda possível, por conta de descumprimentos técnicos. Foi apresentada Impugnação em face do referido auto de infração e está pendente de análise pela Agência (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).
- (e) As controladas da Companhia Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. possuem ação com classificação de perda possível, referente a litígios ambientais decorrente da falta de licenças e danos ambientais causados, que totalizam possíveis perdas no montante de R\$ 15.419 (R\$ 15 em 31 de dezembro de 2024).
- (f) A Companhia Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. e suas controladas são réis em ações que possuem avaliação de perda provável estimada em R\$ 0 (R\$ 1.540 em 31 de dezembro de 2024). As partes entraram em acordo judicial em ambas as ações.

Causas prováveis:

- (g) As controladas da Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. possui um processo referente a uma multa administrativa da ANEEL por atraso na data de início da operação comercial do projeto Casablanca, totalizando perdas prováveis no valor de R\$ 369 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).
- (h) As controladas da Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A são ré em ações que possuem avaliação de perda em R\$ 1.540 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024). As partes estão em fase de um possível acordo judicial em ambas as ações, momento em que será requerida a substituição do polo passivo para que conste as SPEs de Vista Alegre, visto se tratar de demanda oriunda do Parque Fotovoltaico de Vista Alegre.

30 Demonstração dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa está detalhada na nota explicativa nº 8.

b) Informações complementares

Transações que não envolvem caixa:

	Consolidado	
	2025	2024
Ajuste de conversão	535.144	696.319
Ajuste de desmobilização	-	(49.044)
Aquisição de imobilizado	-	7.112
Aquisição de imobilizado	-	(46.605)
Ativo de direito de uso	-	52.522
Contas a receber	-	-
Efeito do hedge sobre variação cambial	(342.636)	54.932
Financiamentos	-	(247.000)
Fornecedores	-	124.149
Hedge de fluxo de caixa – patrimônio líquido	(192.602)	44.091
Imposto de renda e contribuição social	-	(67)
Impostos a recuperar	-	17
Instrumentos derivativos ativo	-	(133.986)
Instrumentos derivativos passivo	-	67.180
Obrigações fiscais	-	(3.042)
Outras contas a pagar	-	20.401
Passivo de arrendamento	-	(57.571)
Provisão para desmobilização	-	(47.625)
Redução de capital social	-	30.113
Redução de capital social por meio de incorporação	-	(92.425)
Tributos diferidos	-	(22.359)
Tributos diferidos – resultado	-	19.820
Variação cambial	-	(696.319)
Custo de captação	-	-
Juros de financiamentos	-	-
Juros sobre aplicação financeira	-	-
Provisão para ressarcimento	-	-
Ativo de arrendamento	-	-
Baixa de ativo imobilizado	-	-
Efeitos no fluxo de caixa (i)	(94)	(279.387)

(i) Cisão realizada pela coligada Luiz Carlos Holding 1 Ltda., conforme nota explicativa nº 1.2 i e j

31 Eventos subsequentes

1. Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.

Reestruturação de dívida

Em linha com a estratégia de alongamento do perfil da dívida, redução do custo financeiro e otimização da estrutura de capital das entidades Atlas, em 20 de fevereiro de 2026, a Companhia realizou a quitação integral de sua dívida junto ao Inter-American Investment Corporation (IDB Invest), conforme processo iniciado em meados de dezembro de 2025 e formalizado em *Payoff Letter* datada de 12 de fevereiro de 2026. O valor total pago no momento da quitação foi de R\$ 621.364 (equivalente a US\$ 118.875, à taxa de câmbio BRL 5,227).

Para viabilizar a quitação, a Companhia contratou duas novas dívidas no total de R\$ 639.795 (equivalente a US\$ 123.095):

- i. Em 19 de fevereiro de 2026, a Companhia firmou um contrato de Mútuo junto à sua controladora Atlas Casablanca Holding S.A., no valor de US\$ 96.734 (equivalente a R\$ 502.483, à taxa de câmbio BRL 5,195/USD), com vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração nos mesmos parâmetros da dívida captada pela Atlas Casablanca Holding S.A. de 25% ao ano; e
- ii. Em 15 de fevereiro de 2026, firmou Empréstimo junto ao GIP Helios Aggregator, L.P. (Luxemburgo), entidade sob controle comum do GIP, no valor de US\$ 26.370 (equivalente a R\$ 137.312, à taxa de câmbio BRL 5,207/USD), com vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração de juros de SOFR diário composto acrescido de 6,90% ao ano, com pagamentos trimestrais de juros.

Os recursos foram recebidos em 20 de fevereiro de 2026 e utilizados integralmente para a liquidação da dívida anterior, resultando no encerramento das obrigações e garantias vinculadas ao contrato com o IDB Invest.

O relacionamento de *hedge accounting* de fluxo de caixa, anteriormente designado entre receitas futuras em dólar e a dívida em dólar junto ao IDB, foi encerrado em função da quitação antecipada da referida dívida. Na mesma data, a Companhia realizou nova designação formal de *hedge accounting*, vinculando a nova estrutura de dívida em dólar à proteção dos fluxos de caixa futuros em moeda estrangeira, de modo a manter a estratégia de mitigação dos efeitos da variação cambial sobre os resultados.

Não houve alteração na titularidade dos ativos, nem nas condições dos contratos de comercialização de energia (PPAs) vigentes.

2. Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.

Reestruturação de dívida

Em linha com a estratégia de alongamento do perfil da dívida, redução do custo financeiro e otimização da estrutura de capital das entidades Atlas, em 20 de fevereiro de 2026 a Companhia realizou a quitação integral de sua dívida junto ao Inter-American Investment Corporation (IDB Invest), conforme formalizado em *Payoff Letter* datada de 12 de fevereiro de 2026. O valor total pago foi de R\$ 281.314 (equivalente a US\$ 53.810, à taxa de câmbio BRL 5,227).

Para viabilizar a quitação, a Companhia contratou duas novas dívidas no total de R\$ 285.841 (equivalente a US\$ 54.995):

- i. Em 19 de fevereiro de 2026, a Companhia firmou um contrato de Mútuo junto à sua controladora Atlas Casablanca Holding S.A., no valor de US\$ 43.308 (equivalente a R\$ 224.996, à taxa de câmbio BRL 5,195), com vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração nos mesmos parâmetros da dívida captada pela Atlas Casablanca Holding S.A. de 25% ao ano; e

- ii. Em 15 de fevereiro de 2026, firmou Empréstimo junto ao GIP Helios Aggregator, L.P. (Luxemburgo), entidade sob controle comum do GIP, no valor de US\$ 11.685 (equivalente a R\$ 60.845, à taxa de câmbio BRL 5,207/USD), com vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração de juros de SOFR diário composto acrescido de 6,90% ao ano, com pagamentos trimestrais de juros.

Os recursos foram recebidos em 20 de fevereiro de 2026 e utilizados integralmente para a liquidação da dívida anterior, resultando no encerramento das obrigações e garantias vinculadas ao contrato com o IDB Invest.

O relacionamento de *hedge accounting* de fluxo de caixa, anteriormente designado entre receitas futuras em dólar e a dívida em dólar junto ao IDB, foi encerrado em função da quitação antecipada da referida dívida. Na mesma data, a Companhia realizou nova designação formal de *hedge accounting*, vinculando a nova estrutura de dívida em dólar à proteção dos fluxos de caixa futuros em moeda estrangeira, de modo a manter a estratégia de mitigação dos efeitos da variação cambial sobre os resultados.

Não houve alteração na titularidade dos ativos, nem nas condições dos contratos de comercialização de energia (PPAs) vigentes.

3. Atlas Casablanca Holding S.A.

Aumento de Capital mediante Aporte de Investimento em Juazeiro Comercializadora

Em 31 de janeiro de 2026, conforme deliberado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a Controladora Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. realizou um aumento de capital mediante aporte 269.265.955 ações ON correspondendo à 98% das ações da Companhia Juazeiro Comercializadora de Energia S.A., no valor de R\$ 269.265. Com essa operação, a Atlas Casablanca Holding S.A. passou a deter o controle majoritário de 97% da Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A., anteriormente detida pela Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. Esta operação está alinhada à estratégia de reorganização societária do grupo, visando maior eficiência na gestão e estruturação financeira das controladas. Não houve alteração na titularidade dos ativos operacionais, nem nas condições dos contratos de comercialização de energia (PPAs) vigentes.

Captção de Recursos junto ao GIP Helios Aggregator, L.P.

Em 15 de fevereiro de 2026, após a data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia celebrou contrato de financiamento externo com o GIP Helios Aggregator, L.P., entidade sediada em Luxemburgo e sob controle comum do GIP, no valor de US\$ 140.042 (equivalente a R\$ 728.978, à taxa de câmbio BRL 5,207/USD). O contrato de mútuo possui vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração de juros de SOFR diário composto acrescido de 6,90% ao ano, com pagamentos trimestrais de juros. A dívida pode ser convertida em ações representando até 99% do capital social da a Atlas Casablanca Holding S.A.

Os recursos foram recebidos em 20 de fevereiro de 2026 e destinam-se ao alongamento do perfil da dívida e à otimização da estrutura de capital das controladas.

As condições do novo financiamento estão alinhadas à estratégia de alongamento do perfil da dívida, redução do custo financeiro e otimização da estrutura de capital das SPEs. Não houve alteração na titularidade dos ativos, nem nas condições dos contratos de comercialização de energia (PPAs) vigentes.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Fabio Torres Bortoluzo
Representante legal
CPF: 362.375.248-78

Wagner Salgo de Castilho
Contador
CRC: 1SP186438/O-2

* * *